

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	22
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	31
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	32
2.5 Medições não contábeis	33
2.6 Eventos subsequentes as DFs	38
2.7 Destinação de resultados	39
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	43
2.10 Planos de negócios	44
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	47
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	48
5.2 Descrição dos controles internos	58
5.3 Programa de integridade	62
5.4 Alterações significativas	70
5.5 Outras informações relevantes	71

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 e 2022 e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e registradas na CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM. Ainda, as informações neste item "2. Comentários dos Diretores", exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Conforme descrito neste item 2.1 e nos itens 2.5 e 1.2 este Formulário de Referência, para o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações), medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("[Resolução CVM 156](#)"), a Companhia optou por fazer um único ajuste referente a provisão do valor justo do plano de incentivo de longo prazo, que se trata de uma provisão e que não houve efeito caixa no exercício, por conta disso a Companhia entende que não se trata de uma despesa operacional e deve ajustar ao cálculo do EBITDA. Para informações adicionais sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras Informações Financeiras

Os diretores da Companhia acreditam que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e no item 2.5 deste Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis constantes deste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre o desempenho operacional e resultados financeiros da Companhia.

EBITDA, Margem do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem do EBITDA Ajustado, Dívida Bruta, Dívida Líquida e outras medidas baseadas ou derivadas de tais medidas não contábeis não são medidas elaboradas ou reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com denominação similar elaboradas por outras empresas. Apesar de serem utilizadas pela Companhia para avaliar sua situação financeira, resultados operacionais e liquidez, tais medidas não contábeis apresentam limitações, e não devem ser utilizadas de forma isolada ou em substituição às medidas contábeis da Companhia.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos.

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	2022	2021	2020
(+) Empréstimos (Circulante e Não Circulante) e Instrumentos financeiros derivativos	1.696.584	1.143.876	1.371.321	1.161.055	1.399.156
(+) Debêntures	1.791.680	1.009.837	1.745.163	999.646	-
(+) Contas a pagar de aquisições (Circulante e Não Circulante)	767.186	664.844	769.867	454.507	204.739
Dívida Bruta	4.255.450	2.818.557	3.886.351	2.615.208	1.603.895
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante)	(782.664)	(1.498.051)	(1.104.946)	(2.050.637)	(819.892)
Dívida Líquida	3.472.786	1.320.506	2.781.405	564.571	784.003
Patrimônio Líquido	2.549.483	2.351.219	2.632.456	2.304.943	681.169
Índice de Dívida Líquida	1,36	0,56	1,06	0,24	1,15
Passivo Circulante (A)	1.629.053	1.275.694	1.883.279	1.190.722	1.021.299
Passivo Não Circulante (B)	4.088.721	2.654.707	3.704.044	2.536.745	1.690.996
Patrimônio Líquido (C)	2.549.483	2.351.219	2.632.456	2.304.943	681.169
Índice de Endividamento Total (A+B) / C	2,24	1,67	2,12	1,62	3,97

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No período de três meses findo em 31 de março de 2023, o índice de endividamento total foi de 2,24. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 782.664 e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 3.472.786, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 1,36. A variação em relação a posição de 31 de dezembro de 2022 principalmente por conta da quitação da operação de risco sacado contratada no quarto trimestre de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 2,12. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.104.946 e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 2.781.405, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 1,06. A variação em relação a posição de 31 de dezembro de 2021 ocorreu principalmente por conta da emissão de novas dívidas que a Companhia realizou ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 1,62. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 2.050.637 e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 564.571, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,24. A variação em relação a posição de 31 de dezembro de 2020 ocorreu principalmente por conta da entrada dos recursos da oferta pública no caixa da Companhia.

A Administração não considera as transações de fornecedores risco sacado como parte do cálculo de endividamento.

Para informações sobre os índices de liquidez da Companhia, vide item 2.1(c) abaixo.

(b) Estrutura de capital

A Companhia acredita que a sua atual estrutura de capital é adequada para desenvolver suas atividades de acordo com seu plano de negócios e atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos, tendo apresentado uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

O cenário do mercado no período em questão, combinando com a oferta de crédito e com o alto crescimento da Companhia permitiram um aumento da participação da parcela de capital de terceiros no capital total no ano de 2022. Os diretores da Companhia entendem que os patamares atuais são condizentes com o praticado no mercado e com as nossas atividades, conforme a proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	31/03/2023	31/03/2022	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	5.717.774	3.930.401	5.587.323	3.727.467	2.712.295
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.549.483	2.351.219	2.632.456	2.304.943	681.169
Capital total (terceiros + próprio)	8.267.257	6.281.620	8.219.779	6.032.410	3.393.464
Parcela de capital de terceiros	69%	63%	68%	62%	80%
Parcela de capital próprio	31%	37%	32%	38%	20%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital Próprio

Em 31 de março de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$2.549.483, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$2.632.456, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os exercícios.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$2.632.456, enquanto em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$2.304.943, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$2.304.943, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$681.169, o principal fator da variação deve-se ao aumento de capital social do emissor, decorrente dos recursos captados no processo de IPO.

Capital de Terceiros

Em 31 de março de 2023, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$5.717.774, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R\$5.587.323, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

Em 31 de dezembro de 2022, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$5.587.323, enquanto em 31 de dezembro de 2021, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R\$3.727.467, variação explicada pelas novas emissões de dívida de Debêntures (R\$750.000) e CRI (R\$500.000) que a Companhia realizou no ano.

Em 31 de dezembro de 2021, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$3.727.467, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R\$2.712.295, variação explicada pelas novas emissões de dívida de Debêntures (R\$1.000.000), que a Companhia realizou no ano.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia entende que apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/03/2023	31/03/2022	2022	2021	2020
Ativo Circulante	2.778.960	2.541.447	2.826.829	2.871.229	1.427.353
Passivo Circulante	1.629.053	1.275.694	1.883.279	1.190.722	1.021.299
Índice de Liquidez Corrente	1,7	2,0	1,5	2,4	1,4
Ativo Total	8.267.257	6.281.620	8.219.779	6.032.410	3.393.464
(-) Imobilizado	718.886	579.779	706.783	477.916	403.293
(-) Intangível	3.979.820	2.719.913	3.914.464	2.238.409	1.198.233
Passivo Total	5.717.774	3.930.401	5.587.323	3.727.467	2.712.295
Índice de Liquidez Geral	0,6	0,8	0,6	0,9	0,7

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os índices de liquidez geral (representado pelo total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (representado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de março de 2023, eram 0,6 e 1,7, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022 eram 0,6 e 1,5 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 eram 0,9 e 2,4, respectivamente e em 31 de dezembro de 2020 eram 0,7 e 1,4, respectivamente.

A Companhia avalia que seus índices de liquidez corrente representam adequadamente sua alta capacidade para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Adicionalmente, havendo necessidade, permitem que a Companhia acesse linhas de créditos adicionais junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e nos três meses findo em 31 de março de 2023, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) captação de recursos no âmbito da oferta pública de ações, mais especificamente em agosto de 2021; (ii) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazo para aquisição de ativos.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. A Companhia avalia regularmente seu perfil de dívida, liquidez e fontes de financiamento sempre visando uma melhor estrutura de capital.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos junto a instituições financeiras. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia:

- (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e
- (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio.

Na data deste Formulário de Referência, os diretores da Companhia entendem que as fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado continuarão sendo suficientes para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros.

Não obstante, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, podendo financiar tais oportunidades com o caixa decorrente de suas atividades operacionais e/ou de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia passou de R\$1.399.156, em 31 de dezembro de 2020, para R\$2.160.701, em 31 de dezembro de 2021, para de R\$3.116.484, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de março de 2023, era de R\$3.488.264.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, a Companhia se valeu de (i) empréstimos locais junto a instituições de fomento e instituições financeiras privadas e (ii) emissão de valores mobiliários (debêntures, notas promissórias) no mercado local.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo são descritas as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia e de suas controladas em vigor em 31 de março de 2023:

Empresa	Modalidade	Encargos Financeiros (% a.a.)	Vencimento	31/03/2023	
				Circulante	Não Circulante
				Em milhares de reais	
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	Debêntures	CDI + 1,62% a.a.	25/11/2027	29.850	620.801
Centro Paulista De Oncologia S.A.	Debêntures	CDI + 2,40% a.a.	10/12/2027	4.988	544.738
Multihemo Servicos Medicos S.A.	Debêntures	CDI + 2,35% a.a.	20/12/2028	19.582	447.717
Oncoclinica - Centro De Tratamento Oncologico S.A.	CCB - BB	CDI + 2,20% a.a.	20/09/2025	93.573	180.509
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI+ 1,25% a.a.	16/08/2027	4.065	234.342
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI + 1,16% a.a.	15/08/2029	6.803	188.985
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	Debêntures	CDI + 1,80% a.a.	26/11/2029	5.757	118.247
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI + 1,30% a.a.	16/08/2032	2.252	62.303
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	FINEP	TJLP + 0,50% a.a.	15/12/2031	3.929	51.323
Centro De Excelencia Oncologica S.A.	4131 - Santander	CDI + 1,95% a.a.	02/02/2024	46.670	-
Multihemo Servicos Medicos S.A.	4131 -Santander	CDI + 1,88 a.a.	31/05/2025	-	247.931
Centro Paulista De Oncologia S.A.	Santander	CDI + 1,95%	25/11/2024	59.016	78.000
Multihemo Servicos Medicos S.A.	4131 -Santander	CDI + 1,9 a.a.	02/04/2024	-	43.636
Total				276.486	2.818.532

- Em 31 de março de 2023 a Multihemo Serviços Médicos S.A. celebrou dois empréstimos com o banco Santander, nos valores de R\$250.000 e R\$44.000, com vencimentos finais em 31 de maio de 2025 e 2 de abril de 2024, respectivamente. Os recursos serão utilizados para repactuação de contratos de empréstimos anteriores, com alongamento de prazo de pagamento, redução de custos e para financiamento de operações em continuidade.
- Em 06 de setembro de 2022 a Companhia efetuou sua 1ª emissão de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), emissão lastreada por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. O valor total da emissão foi de R\$500.000 e o vencimento final em 15 de agosto de 2032. Os recursos foram utilizados para financiamento de expansões e para pagamentos de obrigações de aquisições;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Em 06 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$750.000 e o vencimento final em 26 de novembro de 2029. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para pagamentos de obrigações de aquisições;
- Em 20 de dezembro de 2021 a Multihemo Serviços Médicos S.A efetuou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$450.000 e o vencimento final em 20 de dezembro de 2028. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para pagamentos de obrigações de aquisições;
- Em 10 de dezembro de 2021 o CPO – Centro Paulista de Oncologia S.A efetuou sua 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$550.000 e o vencimento final em 10 de dezembro de 2027. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para pagamentos de obrigações de aquisições; e
- Em setembro de 2020, foi celebrado contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$349.859, com vencimento final em 20 de setembro de 2025. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia, gestão do capital de giro e para pagamentos de obrigações de aquisições.

Adicionalmente, após o período findo em 31 de março de 2023, a Companhia celebrou contrato de empréstimo relevante, conforme abaixo descrito:

- Em 12 de maio de 2023 a UMC Imagem Ltda celebrou um empréstimo junto à Sicoob Credicom – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área da Saúde do Brasil Ltda. no valor de R\$52.243, com vencimento em 22 de maio de 2028. Os recursos serão utilizados para quitar contrato de dívida anterior, reduzindo custo e alongando prazo.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais e não tem outras transações.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está sujeita ao cumprimento de índices financeiros, relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os índices financeiros aos quais a Companhia está obrigada ao cumprimento são listados abaixo:

Índice	Limites
Dívida líquida / EBITDA ajustado <i>pro-forma</i> ¹	Menor que 4,00x
EBITDA ajustado <i>pro-forma</i> / Resultado financeiro líquido	Maior que 1,75x

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a relação entre Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado *pro-forma* da Companhia foi de 3,15.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a relação entre EBITDA ajustado *pro-forma* / Resultado financeiro líquido da Companhia foi de 2,53.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo os índices financeiros descritos acima.

Adicionalmente, a Companhia possui debêntures, empréstimos e financiamentos que preveem hipóteses de vencimento antecipado e está sujeita a cláusulas contratuais impostas pelos credores, com o objetivo de mitigar riscos quanto ao recebimento dos recursos emprestados à Companhia, visando estabelecer limites, regras e/ou garantias para que a Companhia cumpra com suas obrigações (*covenants* não financeiros) em caso de:

- falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto e após período de cura, referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade em valor superior ao permitido;
- falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto ou após período de cura, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no contrato;
- requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência, não elidido através de depósito judicial ou contestação dentro do prazo legal;
- legítimo protesto de título contra a Companhia em valor superior ao permitido, por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que não seja sustado/levantado dentro do prazo de cura;
- sentença condenatória transitada em julgado contra a Companhia em ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas (se houver) ou cumprimento das obrigações assumidas em valor superior ao permitido;
- propositura de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou qualquer devedor solidário ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerido ou obtido autorização judicial do referido plano;
- ingresso em juízo pela Companhia e/ou por seu devedor solidário com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente;

¹ Para informações adicionais sobre o cálculo do EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- mudança relevante no estado econômico-financeiro;
- alteração do estatuto social que modifique de forma relevante o objeto social ou se houver alteração do controle, exceto se previamente aprovado pelo credor;
- cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, exceto quando: (i) realizada dentro do mesmo grupo econômico; ou (ii) previamente aprovado pelo credor;
- procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias a qualquer obrigação anticorrupção prevista na legislação aplicável; e
- não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, após prazo de cura, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados.

Adicionalmente, vale ressaltar que dentre os contratos financeiros descritos no item (i) acima, apenas aquele da modalidade FINEP não estava sujeito a vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*). Considerando que o total do endividamento relevante da Companhia, conforme total acima, 91,0% estão sujeitos a tal cláusula.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui um contrato de financiamento com a FINEP no valor total de R\$93.462, do qual R\$54.950 de valor principal, correspondente a 59,0%, já foram liberados à Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(em milhares de R\$, exceto %)	Período de três meses findo em				31/03/2023 x 31/03/2022
	31/03/2023	AV	31/03/2022	AV	AH
Receita líquida	1.293.459	100%	807.952	100%	60,09%
Custos dos serviços prestados	(822.914)	(63,62%)	(536.621)	(66,42%)	53,35%
Lucro bruto	470.545	36,38%	271.331	33,58%	73,42%
Despesas gerais e administrativas	(271.237)	(20,97%)	(200.404)	(24,80%)	35,35%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.340	0,72%	1.644	0,20%	468,13%
Resultado de equivalência patrimonial	97	0,01%	-	-	N/A
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	208.745	16,14%	72.571	8,98%	187,64%
Receitas financeiras	41.936	3,24%	41.511	5,14%	1,02%
Despesas financeiras	(175.739)	(13,59%)	(98.071)	(12,14%)	79,20%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	74.942	5,79%	16.011	1,98%	368,07%
Imposto de renda e contribuição social	(33.720)	(2,61%)	(31.636)	(3,92%)	6,59%
Lucro (prejuízo) do Período	41.222	3,19%	(15.625)	(1,93%)	363,82%

Receita líquida

Receita líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$1.293.459 comparativamente a R\$807.952 no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$485.507 ou 60,09%. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

- (i) aumento no volume de tratamentos na quantidade de procedimentos nas clínicas e *câncer centers* da Companhia já existentes, devido ao aumento de novos casos de câncer no Brasil;
- (ii) *ramp-up* das operações de *cancer center*;
- (iii) repasse de inflação associado ao aumento da complexidade, esse último fator ajudado pelo item (ii) acima; e
- (iv) consolidação das receitas das novas aquisições que a Companhia realizou ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023. Para mais informações sobre as aquisições realizadas pela Companhia no período, veja item 2.2 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram R\$286.293, ou 53,35%, de R\$536.621 no período de três meses findo em 31 de março de 2022, para R\$822.914, no período de três meses findo em 31 de março de 2023. Esse aumento é explicado por:

- (i) crescimento da Companhia no período observado, conforme explicado no item de receita líquida; e
- (ii) maior condição comercial com os fornecedores de medicamentos o que levou a um crescimento no custo inferior ao que houve de crescimento de receita representando uma expansão na margem bruta.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$470.545 comparativamente a R\$271.331 no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$199.214 ou 73,42%. O Lucro bruto representou 36,38% e 33,58% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é explicado pelos mesmos fatores que impactaram o aumento da Receita Líquida no período, conforme mencionado no item "Receita Líquida" acima e a melhoria da margem é explicada pela eficiência na gestão de custos da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

O saldo de despesas gerais e administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$271.237 comparativamente a R\$200.404 no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$70.833 ou 35,35%. O saldo de despesas gerais e administrativas representou 20,97% e 24,80% da Receita Líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é caracterizado principalmente pelo crescimento da Companhia ao longo dos anos, porém, com a captura de sinergia das novas aquisições, é possível observar a diminuição do percentual em relação a Receita Líquida da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$9.340 comparativamente com R\$1.644 no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$7.696, ou 468,13%, principalmente do reconhecimento de receita relacionada a garantia contratual na empresa CTC Oncologia S.A. em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, decorrente da diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras, no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi negativo em R\$133.803 comparativamente a R\$56.560 negativos no mesmo período de 2022, o que representou uma variação negativa de R\$77.243, ou 136,60%. O resultado financeiro, líquido representou 10,30% e 7,0% da Receita Líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é explicado pela substancial elevação da taxa de juros de mercado entre os períodos em comparação.

Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$74.942 comparativamente com R\$16.011 no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$58.931. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 5,79% e 1,98% da Receita Líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de Imposto de renda e contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$33.720 negativos comparativamente a R\$31.636 no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$2.084 ou 6,59%. O saldo de imposto de renda e contribuição social representou -2,61% e -3,92% da Receita Líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente.

Lucro (prejuízo) do exercício

Em razão dos motivos acima, o lucro no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foi de R\$41.222 comparativamente a um prejuízo de R\$15.625 no mesmo período de 2022, o que representou uma variação positiva de R\$56.847 ou 363,82%. Lucro do período representou 3,19% e -1,93% da Receita Líquida nos períodos de três meses findos em 31 de junho de 2023 e 2022, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social encerrado em				31/12/2022 x 31/12/2021
	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receita líquida	4.088.252	100,00%	2.702.066	100,00%	51,30%
Custos dos serviços prestados	(2.636.145)	(64,48%)	(1.833.275)	(67,85%)	43,79%
Lucro bruto	1.452.107	35,52%	868.791	32,15%	67,14%
Despesas gerais e administrativas	(980.817)	(23,99%)	(688.050)	(25,46%)	42,55%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(190)	-	(3.526)	(0,13%)	(94,61%)
Resultado de equivalência patrimonial	(535)	-	-	-	N/A
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	470.565	11,51%	177.215	6,56%	165,53%
Receitas financeiras	141.081	3,45%	66.659	2,47%	111,65%
Despesas financeiras	(490.106)	(11,99%)	(181.537)	(6,72%)	169,98%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social	121.540	2,97%	62.337	2,31%	94,97%
Imposto de renda e contribuição social	(7.770)	(0,19%)	(84.754)	(3,14%)	(90,83%)
Lucro (prejuízo) do exercício	113.770	2,78%	(22.417)	(0,83%)	(607,52%)

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.088.252 comparativamente a R\$2.702.066 no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$1.386.186, ou 51,30%. Esse crescimento é explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre as aquisições realizadas pela Companhia no exercício, veja item 2.2 deste Formulário de Referência; e
- (ii) aumento na quantidade de procedimentos e do ticket médio dos serviços de saúde prestados nas clínicas e cancer centers da Companhia já existentes que foram responsáveis por um aumento de R\$767.400 na receita líquida da Companhia. Tal aumento do ticket médio, por sua vez, foi resultado, principalmente, de (a) atendimentos de maior complexidade, (b) do reajuste anual de preços decorrente da renegociação dos contratos mantidos pela Companhia com suas fontes pagadoras, notadamente operadoras de planos privados de assistência à saúde, e (c) de outros serviços faturados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram R\$802.870, ou 43,79%, de R\$1.833.275 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$2.636.145, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é explicado por:

- (i) crescimento da Companhia no exercício observado, conforme explicado no item de receita líquida; e
- (ii) eficiência em gestão de custos advindos de capturas de sinergias a partir das aquisições concluídas no exercício corrente e anterior aliado com maior condição comercial com os fornecedores de medicamentos o que levou a um crescimento no custo inferior ao que houve de crescimento de receita representando uma expansão na margem bruta.

Lucro bruto

Em razão dos fatores mencionados acima e aliado com a maior representatividade de operações com margens mais altas o lucro bruto da Companhia aumentou 67,14%, ou R\$583.316 no exercício. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 32,15%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para 35,52%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com todas as equipes locais das clínicas e hospitais bem como dos escritórios da Companhia, as quais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$980.817 comparativamente a R\$688.050 no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$292.767 ou 42,55%. Essa variação é atribuída principalmente ao aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além do crescimento orgânico do período que incrementaram as despesas da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$190 comparativamente a R\$3.526 no exercício de 2021, o que representou uma variação negativa de R\$3.336 ou 94,61%. Essa variação é atribuída principalmente pela redução dos impostos sobre outras receitas devido a mudança de regime de tributação das empresas Angara, Baikal e Yukon.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, decorrente da diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 gerou uma despesa financeira líquida de R\$349.025 comparativamente a uma despesa financeira líquida de R\$114.878 no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$234.147, ou 203,82%, em decorrência do aumento do endividamento da Companhia no período e do aumento da taxa de juros básica da economia local.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$470.565 comparativamente a R\$177.215 no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$293.350 ou 165,53%. Essa variação é atribuída principalmente pelo crescimento da Companhia aliado a evolução da rentabilidade da Companhia no período por conta da otimização dos custos e despesas.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta do crescimento da operação como mencionado acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi um lucro de R\$121.540 comparativamente a um lucro de R\$62.337 no exercício de 2021, o que representou um aumento de R\$59.203 ou 94,97%.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$7.770 comparativamente a R\$84.754 no exercício de 2021, o que representou uma diminuição de R\$76.984 ou 90,83%. Tal variação decorreu pela reorganização societária da Companhia, o que levou a mesma a reconhecer créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativa de contribuição social.

Lucro (prejuízo) do exercício

Em razão dos motivos acima, o lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$113.770, comparativamente a um prejuízo de R\$22.417 no exercício de 2021, o que representou um aumento de R\$136.187 ou 607,52%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social encerrado em				31/12/2021 x 31/12/2020
	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita líquida	2.702.066	100%	2.035.191	100%	32,77%
Custos dos serviços prestados	(1.833.275)	(67,85%)	(1.399.514)	(68,77%)	30,99%
Lucro bruto	868.791	32,15%	635.677	31,23%	36,67%
Despesas gerais e administrativas	(688.050)	(25,46%)	(603.609)	(29,66%)	13,99%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.526)	(0,13%)	(12.452)	(0,61%)	(71,68%)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	N/A
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	177.215	6,56%	19.616	0,96%	803,42%
Receitas financeiras	66.659	2,47%	21.932	1,08%	203,93%
Despesas financeiras	(181.537)	(6,72%)	(94.803)	(4,66%)	91,49%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social	62.337	2,31%	(53.255)	(2,62%)	(217,05%)
Imposto de renda e contribuição social	(84.754)	(3,14%)	(68.087)	(3,35%)	24,48%
Lucro (prejuízo) do exercício	(22.417)	(0,83%)	(121.342)	(5,96%)	(81,53%)

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.702.066 comparativamente a R\$2.035.191 no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$666.875, ou 32,77%. Esse crescimento é explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) aumento na quantidade de procedimentos e do ticket médio dos serviços de saúde prestados nas clínicas e *câncer centers* da Companhia que foi responsável por um aumento de R\$433.697 na receita líquida da Companhia. Tal aumento do ticket médio, por sua vez, foi resultado, principalmente, (a) de atendimentos de maior complexidade, (b) do reajuste anual de preços decorrente da renegociação dos contratos mantidos pela Companhia com suas fontes pagadoras, notadamente operadoras de planos privados de assistência à saúde, e (c) de outros serviços faturados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram R\$433.761, ou 30,99%, de R\$1.399.514 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.833.275, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é explicado pelos mesmos fatores que impactaram o aumento da receita líquida no exercício, conforme mencionado no item "Receita Líquida" além de uma maior condição comercial com os fornecedores de medicamentos o que levou a um crescimento no custo inferior ao que houve de crescimento de receita representando uma expansão na margem bruta.

Lucro bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia aumentou 36,67%, ou R\$233.114 no exercício. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 31,23%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para 32,15%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 inclui o resultado de R\$102 referentes às subsidiárias Hospital Marcos Moraes e Oncobio, consideradas operações recém-inauguradas, comparativamente a um prejuízo de R\$3.498 no exercício de 2020.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com todas as equipes e os escritórios da Companhia, as quais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram de R\$688.050 comparativamente a R\$603.609 no exercício de 2020, o que representou uma variação negativa de R\$84.441 ou 13,99%. Essa variação é atribuída principalmente aos seguintes fatores:

- (i) aumento das provisões de obrigações sociais da Companhia, no valor de R\$69.163, referente ao programa de incentivo de longo prazo; e
- (ii) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que incrementaram as despesas da Companhia em R\$16.214.

O saldo de despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 inclui:

- (i) R\$19.083 referentes às subsidiárias Hospital Marcos Moraes e Oncobio, operações recém-inauguradas, comparativamente a R\$7.966 no exercício de 2020. Adicionalmente, o saldo de despesas gerais e administrativas para empresas recém adquiridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ainda contempla Cebrom, UMC e Hospital Vila da Serra no montante de R\$35.129;
- (ii) gastos extraordinários para enfrentar a pandemia de COVID-19, no valor de R\$11.338, com a compra de materiais e medicamentos para detecção e tratamento de pacientes com COVID-19 e de equipamentos de proteção individual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o gasto foi de R\$12.208;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (iii) R\$17.393 referentes aos gastos incorridos em operações de fusões, aquisições e integrações, comparativamente a R\$9.065 no exercício de 2020; e
- (iv) R\$7.885 referentes a outras despesas extraordinárias, comparativamente a R\$8.228 no exercício de 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram de R\$3.526 comparativamente a R\$12.452 no exercício de 2020, o que representou uma variação negativa de R\$8.926 ou 71,68%. Essa variação é atribuída principalmente ao resultado apurado com a SCP (Sociedade de Contra Prestação) de CTTB (Centro de Tratamento de Tumores de Botafogo) (R\$2.315) e efeitos decorrentes de reconciliação de impostos (R\$5.482) em 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido, decorrente da diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 gerou uma despesa financeira líquida de R\$114.878 comparativamente a uma despesa financeira líquida de R\$72.871 no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$42.007, ou 57,65%, em decorrência do aumento do endividamento da Companhia no exercício.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$177.215 comparativamente a R\$19.616 no exercício de 2020, o que representou uma variação de R\$157.599 ou 803,42%. Essa variação é atribuída principalmente por conta do crescimento da companhia aliado com otimização de custos e despesas.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi um lucro de R\$62.337 comparativamente a um prejuízo de R\$53.255 no exercício de 2021, o que representou um aumento de R\$115.592 ou 217,05%. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 2,31% e -2,62% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$84.754 comparativamente a R\$68.087 no exercício de 2020, o que representou um aumento de R\$16.667 ou 24,48%. Tal variação decorreu do aumento do resultado tributável das empresas que compõem o grupo econômico da Companhia, apesar do resultado negativo consolidado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro (prejuízo) do exercício

Em razão dos motivos acima, o prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$22.417, comparativamente a um prejuízo de R\$121.342 no exercício de 2020, o que representou uma redução de R\$98.925 ou -81,53%. O prejuízo do exercício representou -0,83% e -5,96% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos e exercícios indicados:

(em milhares de R\$)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(246.746)	(171.994)	(271.644)	(9.283)	185.565
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	423.470	303.757	(408.722)	(2.029.911)	(355.131)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(30.021)	118.263	407.083	1.834.718	463.111
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	146.549	13.077	(273.630)	(204.053)	293.545

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$246.746 no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado à aplicação de R\$171.994 no período de três meses findo em 31 de março de 2022. Esse aumento de R\$74.752, ou 43,46%, é justificado pelo crescimento da Companhia e aumento da necessidade de capital de giro na operação.

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento totalizou R\$423.470 no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado a R\$303.757 no período de três meses findo em 31 de março de 2022. Esse aumento de R\$119.713, ou 39,41%, é justificado principalmente por uma quantidade menor de pagamentos de aquisições no primeiro trimestre de 2023 comparado com o primeiro trimestre de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$30.021 no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado ao caixa líquido gerado de R\$118.263 no período de três meses findo em 31 de março de 2022. Esta redução de R\$148.284 ou 125,38%, é justificado principalmente pelo pagamento de Fornecedores – Cessão de crédito.

Aumento de caixa e equivalente de caixa

O aumento de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$146.549 no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado a R\$13.077 no período de três meses findo em 31 de março de 2022. Este aumento de R\$133.472, ou 1020,66%, é justificado principalmente pela variação do fluxo de caixa de investimento explicado acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$271.644 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$9.283 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$262.361, ou 2826%, é justificado majoritariamente pela expansão da Companhia e o processo de integração e captura de sinergia das operações adquiridas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$408.722 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$2.029.911 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta redução de R\$1.621.189, ou 79,87%, é justificada pela movimentação de recursos para aplicações financeiras e aumento no pagamento de aquisições ao longo do ano de 2021, conforme tabela acima.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$407.083 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$1.834.718 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta redução de R\$1.427.635, ou 77,81%, é justificada majoritariamente pela entrada dos recursos decorrentes da emissão das debêntures pela Companhia em 2021.

Redução de caixa e equivalente de caixa

A redução de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$273.630 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$204.053 no período do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$69.577, ou 34,10%, é justificado principalmente pela variação do fluxo de caixa operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$9.283 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido gerado de R\$185.565 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R\$194.848, ou 105%, é justificada pelo maior nível de necessidade de capital de giro da Companhia em 2021 além de aumento no pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$2.029.911 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$355.131 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$1.674.780, ou 472%, é justificado pela aplicação de R\$1,4 bilhões em títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$1.834.718 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$463.111 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$1.371.607, ou 296,17%, é justificado principalmente pelo aumento de capital decorrente da captação de recursos em oferta pública de ações.

Redução de caixa e equivalente de caixa

A redução de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$ 204.053 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um aumento de caixa R\$293.545 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R\$497.598, ou 170%, é justificado principalmente pela aplicação em títulos e valores mobiliários.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023 foram os serviços de saúde prestados aos planos de assistência médica, planos de saúde e seguradores de saúde que corresponderam, respectivamente, a 97,7%, 97,8%, 97,9% e 97,6% da receita bruta total da Companhia. A receita bruta restante correspondeu a atendimentos particulares a pessoas físicas nos mesmos exercícios e períodos, respectivamente.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia foram: (i) aumento da quantidade de procedimentos, (ii) aumento do ticket médio; (iii) crescimento orgânico; (iv) parcerias com fontes pagadoras; (v) parcerias hospitalares; e (iv) aquisições.

- **Aumento da quantidade de procedimentos**

O número de procedimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, totalizaram 501, 382, 313 e 151.

Número de procedimentos	Período de três meses findo em 31 de março de:		Exercício social findo em 31 de dezembro		
	2023	2022	2022	2021	2020
(i) Total de tratamentos (milhares)	151	103	501	382	313

- **Aumento do ticket médio**

Em relação ao ticket médio, o impacto é decorrente do aumento de complexidade nos tratamentos realizados e da incidência da inflação anual.

Ticket Médio	Período de três meses findo em 31 de março de:		Período de três meses findo em 31 de março de:		
	2023	2022	2022	2021	2020
Ticket médio (R\$)	8.985	8.290	8.581	7.644	7.080

- **Crescimento Orgânico**

A estratégia de negócios da Companhia inclui projetos de expansão que promovam o crescimento orgânico da Companhia. A oncologia clínica é um negócio altamente escalável, sendo que a demanda pode ser rapidamente suprida com a expansão da capacidade operacional da Companhia. A Companhia avalia regularmente a ocupação total de suas unidades e gerencia a necessidade de investimentos em expansões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O crescimento orgânico da Companhia é impulsionado todos os anos pelos novos casos de câncer no país que derivam principalmente de um maior nível de diagnóstico de casos de câncer e de cobertura nacional de planos de saúde privados. Além disso, a precificação dos seus tratamentos é diretamente relacionada com a inflação médica, portanto, todos os anos são negociados reajustes com as fontes pagadoras para que se possa repassar parcial ou integralmente a inflação dos tratamentos. Outro fator importante para a Companhia em termos de crescimento orgânico é a adoção de novos tratamentos mais atuais e tecnológicos que auxiliam no processo de acompanhamento dos pacientes pela Companhia e seus médicos.

Além do crescimento em clínicas de quimioterapia e câncer centers, a Companhia também acelerou seu crescimento orgânico em radioterapia nos últimos anos. Entre 2017 e 2022 houve um processo de expansão, seguindo a linha de crescimento que a Companhia adotou ao longo do ano. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 28 aceleradores e 5 braquiterapias máquinas de radioterapia nas suas clínicas, gerando um aumento de capacidade de atendimento.

- **Parcerias com fontes pagadoras**

A Companhia possui parcerias com prestadores de serviço e operadoras de saúde como parte da sua estratégia de crescimento. Os Diretores entendem que a estratégia de parcerias gera valor de longo prazo ao negócio devido a previsibilidade de demanda previstas nos contratos e geração de valor a ambas as partes, considerando a sinergia de custos e despesas em unidades especificamente dedicadas para o atendimento dos pacientes.

- **Parcerias hospitalares**

A Companhia possui parcerias hospitalares como parte da sua estratégia de crescimento. Os investimentos realizados pela Companhia, visam à exploração de serviços de oncologia, desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde, consultoria técnica para elaboração de protocolos médicos.

Principais acordos vigentes:

(a) **Grupo Santa Lúcia**

Em 2023, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Contrato de Parceria com o Grupo Santa Lúcia, compreendendo os hospitais Santa Lucia, Prontonorte e Maria Auxiliadora S.A. A parceria tem como objetivo da operação conjunta das atividades de oncologia de ambas as companhias no Distrito Federal.

(b) **Porto Seguro**

Em 2022, a Companhia anunciou um acordo com a Porto Serviços, que operarão, conjuntamente, um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional, prática criada e aperfeiçoada pela Companhia. Nos termos do acordo, a Companhia irá deter 60% do capital social, enquanto a Porto Serviços terá 40%. A transação está pendente de aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(c) Hospital Santa Rita

Em 2022, a Companhia firmou uma parceria com o Hospital Santa Rita, uma entidade filantrópica e referência em Vitória-ES. O objetivo da parceria é desenvolver o intercâmbio de informações, experiências e serviços aos pacientes, de forma a favorecer o aprimoramento das práticas médicas e assistenciais na área oncológica, especificamente na área de Radioterapia, bem como a exploração de sinergias em campos conjuntos, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento e ampliação de oferta de serviços de saúde relacionados ao combate ao câncer no Brasil.

(d) Golden Cross

Em 2022, a Companhia firmou uma parceria de 30 anos com a Golden Cross, tendo como objetivo oferecer serviços ambulatoriais de oncologia aos beneficiários da Golden Cross em clínicas da Companhia em todo o Brasil. Esses serviços incluem quimioterapia, radioterapia, medicamentos orais e serviços não oncológicos.

(e) Clivale

Em 2022, a Companhia firmou uma parceria com a Clivale, rede de clínicas com mais de 30 especialidades médicas, em exames de imagem, métodos óticos e gráficos, em pequenos procedimentos e em cirurgias em Hospital Dia. A parceria tem como objetivo complementar a linha de cuidado do paciente oncológico preservando a autonomia do paciente e do profissional, atuando na prevenção e detecção precoce de casos, promovendo melhor experiência do paciente e menores custos ao sistema de saúde suplementar.

(f) Hemoclinica

Em 2022, a Companhia firmou uma parceria com a Hemoclínica Distrito Federal, que é uma das unidades da H.Hemo, maior rede de hemoterapia do Brasil. Criada em 2018 com a combinação de empresas do setor, o grupo está em expansão para elevar a cobertura e qualidade de seus serviços. A parceria tem como objetivo de facilitar o fornecimento e monitoramento de hemocomponentes aos pacientes oncológicos. Com intersecções nas abrangências dos Grupos, a parceria com a HHemo tem potencial de ser replicada em outras praças e clientes em comum.

(g) Hospital São Lucas

Em 2019, a Companhia reforçou a parceria com o Hospital São Lucas da PUC/RS por meio de um aditivo ao contrato original, firmado em 2018, para a prestação de serviços oncológicos ambulatoriais (incluindo quimioterapia e radioterapia) aos pacientes do Hospital.

(h) Casa de Saúde São José

Em março de 2020 a Companhia finalizou um acordo com a Casa de Saúde São José, hospital de referência no Rio de Janeiro e parte da Rede Santa Catarina, para uma parceria de longo prazo para o tratamento integrado do paciente oncológico. Como parte da parceria será construído, anexo ao hospital, uma unidade ambulatorial de excelência dedicada exclusivamente ao tratamento oncológico, criando um ambiente, em conjunto com o hospital, em que o paciente poderá ser atendido em todas as

2.2 Resultados operacional e financeiro

etapas do seu tratamento, por meio da operação conjunta de serviços de oncologia no hospital "Casa de Saúde São José" e, posteriormente, em unidade operacional a ser construída em localidade adjacente ao referido hospital. Cada uma das partes terá participação de 50% nos resultados auferidos na parceria.

(i) Hospital Felício Rocho

Em 2020, a Companhia firmou contrato de parceria com o Hospital Felício Rocho, com intuito de viabilizar um tratamento de qualidade aos pacientes do Hospital e em virtude da utilização dos ativos do Hospital para prestação de serviços.

(j) Centro de Excelência Oncológica S.A. – Unimed-Rio

Em 2013 o Centro de Excelência Oncológica S.A., Oncoclínicas Centro de Tratamento Oncológico Ltda. e Unimed-Rio celebraram um Acordo de Parceria para atender aos beneficiários dos planos de saúde operados pela Unimed-Rio, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia.

(k) Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU)

Em 2019, a Central Nacional da Unimed – Cooperativa Central (CNU) e a Companhia firmaram uma parceria estratégica pelo prazo de 30 anos, para atender os beneficiários dos planos de saúde operados pela CNU, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia. Essa parceria atende São Paulo, Bahia e Brasília.

(l) Unimed Leste Fluminense

Em 2019, a Companhia e a Casa de Saúde Santa Lúcia (hospital) investiram por meio da Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A. visando a exploração de Serviços de Oncologia. As partes irão explorar os recursos advindos do contrato de parceria por meio da prestação de serviços de quimioterapia, prestação de serviços, médico-ambulatoriais; desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde.

- **Aquisições**

Desde a sua fundação, a aquisição de empresas tem sido um dos pilares de crescimento da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que a estratégia de aquisições permite gerar rápido crescimento ao grupo, com ganhos de escala na parte administrativa e assistencial, além de sinergias para a redução de custos em um modelo integrado. Além disso, a Companhia amortiza o ágio decorrente das aquisições, efetuando as deduções fiscais previstas na legislação brasileira.

As fontes de recursos para as aquisições são empréstimos e financiamentos bancários e a geração de caixa da Companhia. As aquisições constituem um relevante fator para justificar as variações de período para período, contribuindo para aumentar as receitas e os custos da Companhia, em decorrência do acréscimo de negócios que promovem.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Aquisições relevantes concluídas na data deste Formulário de:

(a) UOCP

Em 2023, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição de 100% da Unidade de Oncologia Pediátrica Ltda. ("UOCP"). Este ativo é uma clínica de tratamento oncológico ambulatorial, criada com o propósito de oferecer os mais avançados recursos disponíveis para o tratamento do câncer da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

(b) CEON

Em 2023, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações do Centro de Excelência Oncológica S.A. ("CEON") e da Pontus Participações S.A. pela sua subsidiária Oncoclínicas Centro de Tratamento Oncológico S.A. A transação, uma vez concluída, permitirá à Companhia (i) reduzir a participação minoritária em seus resultados e (ii) avançar em sua agenda de otimização da estrutura fiscal, na medida em que passará a deter indiretamente 100% de mais duas subsidiárias operacionais.

(c) Aliança e Onco Vida

Em 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações da Aliança Instituto de Oncologia S.A. e da Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A. pela sua subsidiária Oncoclínicas Participações São Paulo Ltda. A transação permitirá a Companhia a contar com o controle completo das operações em Brasília.

Aquisições relevantes concluídas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(a) Itaigara

Em 2022, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição do Itaigara Memorial. Este ativo é um importante centro ambulatorial (outpatient) de procedimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade e exames na cidade de Salvador, Bahia, operando em regime de clínica dia (day clinic) e conta com um vasto número de médicos cirurgiões associados.

(b) CEMISE

Em 2022, a Companhia realizou a aquisição de 100% da Cemise – Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada Ltda. e Cemise - Centro de Medicina Integrada de Sergipe Eireli, clínica líder em especialidade médicas com foco em saúde integrada, prevenção e diagnóstico no estado do Sergipe. O modelo de atuação da Cemise permitirá à Companhia expandir na jornada da prevenção e cuidado oncológicos, combinando as já existentes clínicas de tratamento ambulatorial aos centros de especialidades e diagnóstico precoce do câncer.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(c) MedSir

Em 2022, a Companhia realizou a aquisição de 49% da MedSir, empresa sediada em Barcelona, Espanha, que passou a ser sua coligada, com opções para o atingimento de até 100% de participação ao longo dos próximos anos, sujeito ao cumprimento de metas pré estabelecidas. A MedSir é uma organização de atuação internacional e com vasta experiência no planejamento e gestão de pesquisas clínicas independentes em oncologia. Através de um modelo de desenvolvimento de pesquisa colaborativa, que conecta as áreas acadêmicas e de pesquisa com as indústrias de biotecnologia e farmacêutica, seu foco está em desenvolver, melhorar e adaptar tratamentos inovadores para pacientes com câncer.

(d) Unity

Em 2022, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição da Unity. A empresa é um importante grupo de clínicas localizadas ao redor do país, sendo referência em qualidade assistencial e de seu corpo clínico em todas as localidades em que está presente. A operação reafirma o compromisso da Companhia com a geração de valor para seus acionistas, levando o que há de mais moderno no tratamento integrado ao paciente oncológico.

(e) Cam/Clion

Em 2022, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição do Grupo Cam/Clion. As Sociedades CAM desenvolvem atividades de serviços médico-hospitalares e medicina diagnóstica, incluindo atividades relacionadas à hematologia e oncologia, densitometria óssea, medicina nuclear, procedimentos de atendimento, diagnóstico, terapia, e realização de exames complementares, diagnósticos por imagem e de ressonância magnética, entre outros, e estão localizadas na cidade Salvador, no estado da Bahia.

Aquisições relevantes concluídas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

(a) Grupo CEBROM.

Em 1º de setembro de 2021, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição de 100% do Centro Brasileiro de Radioterapia, Oncologia e Mastologia – CEBROM, clínica líder em oncologia em Goiânia e região. O CEBROM oferece tratamentos sistêmicos, radioterapia e outras especialidades na linha de cuidados oncológicos. Suas atividades estão distribuídas em 2 unidades equipadas com a mais moderna estrutura para o tratamento oncológico integrado. A aquisição do CEBROM marca a entrada da Oncoclínicas em Goiás e na região centro-oeste, uma região próspera e de rápido crescimento no país.

(b) Complexo Hospitalar de Uberlândia S.A.

Em 1º de outubro de 2021, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição de 84% do capital social do Complexo Hospitalar Uberlândia S.A., sociedade cujas atividades consistem em serviços médico-hospitalares, ambulatoriais, procedimentos cirúrgicos, exames e consultas e medicina diagnóstica na cidade de Uberlândia. Nesta mesma data, também foram concluídas as aquisições, por meio do próprio UMC, de 100% do capital social da UMC Imagem Ltda. e do Instituto do Coração do Triângulo Mineiro Ltda., sociedades com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, voltadas à prestação de serviços médico-hospitalares.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Aquisições relevantes concluídas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

(a) Locus Anatomia Patológica e Citológica Ltda.

Em 20 de dezembro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda de quotas entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das quotas do laboratório Locus Anatomia Patológica e Citológica Ltda pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A., por R\$5.319, o que foi consumado em 21 de janeiro de 2020 com o fechamento da operação, após o cumprimento ou renúncia (conforme aplicável) das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas. Localizado em São Paulo, o Laboratório Locus tem por objeto social a prestação de serviços em anatomia patológica e citológica de apoio a tratamento e diagnósticos.

(b) Hospital de Oncologia do Méier S.A. (Hospital Marcos Moraes)

Em 10 de janeiro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das ações que compõem o capital social do Hospital do Méier através da controlada direta Pontus pelo valor total de R\$64.050, aqui incluídos os valores referentes a parceria para desenvolvimento de atividades de pesquisa. Localizado no Rio de Janeiro, o Hospital de Oncologia do Méier S.A. (Hospital Marcos Moraes) tem por objeto social a prestação de serviços de atendimento médico hospitalar em diversos serviços, como: oncologia, radioterapia, procedimento cirúrgico, consultas e internações. O fechamento da transação ocorreu em 31 de julho de 2020, após o cumprimento ou renúncia (conforme aplicável) das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda.

(c) Instituto Roberto Alvarenga Ltda. - IRA

Em 23 de outubro de 2020, foi celebrado contrato de compra e venda de quotas entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das quotas que compõem o capital social do Instituto Roberto Alvarenga Ltda. pela Companhia ao valor total de R\$6.000. Localizado em Belo Horizonte, o IRA tem por objeto social a prestação de serviços laboratoriais de anatomia patológica e citopatologia. Laboratório de referência, possui certificação concedida pela Sociedade Brasileira de Patologia. A data de fechamento da transação foi 15 de dezembro de 2020, após o cumprimento ou renúncia (conforme aplicável) das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas, momento em que: (i) a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. cedeu todos os seus direitos e deveres no âmbito do contrato de compra e venda de quotas à Oncoclínicas – Centro de Tratamento Oncológico S.A.; (ii) a Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A. se tornou única quotista do IRA; e (iii) a Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A. alienou 5% das quotas de emissão da sociedade a um terceiro (médico).

2.2 Resultados operacional e financeiro

(d) Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A. – Hospital Vila da Serra

Em 11 de setembro de 2020, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das ações que compõem o capital social do Hospital Vila da Serra pela controlada direta Oncoclínicas - Centro de Tratamento Oncológico, pelo valor total de R\$165.318, a qual foi concluída em 30 de novembro de 2020. Localizado entre as cidades de Belo Horizonte e Nova Lima, Minas Gerais, o Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A, mais conhecido como Hospital Vila da Serra (HVS) é atuante em várias frentes, mantendo o enfoque em humanização e excelência em atendimento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável, tendo em vista que não houve variação de receita atribuível a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação, nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na data deste Formulário de Referência, os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e quase a totalidade das suas receitas estão em reais. A Companhia possui apenas um projeto em execução no exterior, mas não há produção no local, se tratando de uma empresa não operacional.

Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil. Cabe ressaltar que toda a estrutura de custos da Companhia não é afetada pela variação do câmbio entre o real e o dólar norte-americano, uma vez que a precificação dos medicamentos utilizados pela Companhia em seus tratamentos é regulado pelo ministério da saúde e não é indexada em moeda estrangeira.

No ano de 2022 a projeção de crescimento do PIB brasileiro (publicada pelo IPEA) foi de 3,1% frente a um crescimento de 4,6% em 2021. Dois anos de crescimento de PIB demonstram uma retomada frente ao ano de 2020 que foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19. Essa retomada da atividade econômica colabora com os negócios da Companhia uma vez que as pessoas tendem a voltar a fazer seus exames periódicos e retomam seus tratamentos recorrentes.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi emitido sem opiniões modificadas e ênfases.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram emitidos com ênfases.

A ênfase na demonstração financeira referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se aos valores das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, que foram retificados e reapresentadas. A opinião dos auditores não continha modificação relacionada a esse assunto.

A ênfase na demonstração financeira referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 refere-se a alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, efetuadas pela Administração da Companhia, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, com o objetivo de adequá-las às exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Ademais, foram efetuadas determinadas reclassificações nos valores correspondentes, apresentados para fins de comparação. A opinião dos auditores não continha ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("[Resolução CVM 156](#)").

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido/(prejuízo líquido) do período ou exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("[IFRS](#)"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("[IASB](#)"), tampouco representam o fluxo de caixa para os exercícios e períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o prejuízo do exercício ou período, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado somente por itens não operacionais, neste caso, ajustado por provisão do valor justo do plano de incentivo de longo prazo. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. A Companhia utiliza o

2.5 Medições não contábeis

EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado para fins de *covenants* é uma medida não contábil elaborada pela Companhia especificamente para o cálculo de eventuais *covenants* financeiros presentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes e não operacionais, adicionado do EBITDA das aquisições do período para os 12 meses do exercício apurado.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, dos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisições de empresas e das debêntures do passivo circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante. A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, a Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	268.995	107.551	645.717	304.188	126.429
Margem EBITDA	20,80%	13,31%	15,79%	11,26%	6,21%
EBITDA Ajustado	276.915	112.838	656.799	373.351	247.985
Margem EBITDA Ajustada	21,41%	13,97%	16,07%	13,82%	12,18%
Dívida Bruta	4.255.450	2.818.557	3.886.351	2.615.208	1.603.895
Dívida Líquida	3.472.786	1.320.506	2.781.405	564.571	784.003

2.5 Medições não contábeis

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido/(prejuízo líquido) do período/exercício	41.222	(15.625)	113.770	(22.417)	(121.342)
(+/-) Resultado financeiro líquido	133.803	56.560	349.025	114.878	72.871
(+) IR/CSLL correnter e diferidos	33.720	31.636	7.770	84.754	68.087
(+) Depreciação e amortização	60.250	34.980	175.152	126.973	106.813
EBITDA	268.995	107.551	645.717	304.188	126.429
Receita Líquida	1.293.459	807.952	4.088.252	2.702.066	2.035.191
Margem EBITDA	20,80%	13,31%	15,79%	11,26%	6,21%

Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido/(prejuízo líquido) do período/exercício	41.222	(15.625)	113.770	(22.417)	(121.342)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	133.803	56.560	349.025	114.878	72.871
(+) IR/CSLL correntes e diferidos	33.720	31.636	7.770	84.754	68.087
(+) Depreciação e amortização	60.250	34.980	175.152	126.973	106.813
EBITDA	268.995	107.551	645.717	304.188	126.429
(+) Despesas com plano de incentivo de longo prazo	7.920	5.287	11.082	69.163	121.556
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	276.915	112.838	656.799	373.351	247.985
Margem EBITDA	20,80%	13,31%	15,79%	11,26%	6,21%
Margem EBITDA Ajustada⁽²⁾	21,41%	13,97%	16,07%	13,82%	12,18%

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por item não caixa (i) despesas com plano de incentivo de longo prazo. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários.

⁽²⁾ A Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia.

A Companhia entende que as despesas com planos de Incentivo de Longo Prazo (PILP) envolvendo outorga de ações restritas, incluindo os efeitos tributários, devem ser excluídas em função da característica patrimonial destes programas que visam reter os colaboradores chave. O programa de Incentivo de Longo Prazo prevê o direito do participante de efetivamente exercer as opções sendo condicionado ao participante permanecer continuamente vinculado e prestando serviços à Companhia

2.5 Medições não contábeis

ou às suas sociedades Controladas, na qualidade de administrador, empregado ou prestador de serviço, a partir da presente data do contrato até as datas de aniversário (sendo cada período, um "Período de Aquisição de Direitos"). Por esse motivo, as despesas referidas a esse programa referem-se a uma provisão em razão da probabilidade de pagamento do prêmio.

Conciliação da Dívida Bruta e Líquida

(Em milhares de reais,)	Período de três meses findo em			Exercício social encerrado em	
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	2.778.960	2.541.447	2.826.829	2.871.229	1.427.353
Instrumentos financeiros derivativos	2.024	-	-	-	2.549
Passivo Circulante	1.629.053	1.275.694	1.883.279	1.190.722	1.021.299
Empréstimos, financiamentos e debêntures	427.938	336.000	338.825	355.910	241.876
Instrumentos financeiros derivativos	631	14.872	11.142	2.558	-
Contas a pagar por aquisições	177.424	196.372	301.067	83.191	109.064
Passivo Não Circulante	4.088.721	2.654.707	3.704.044	2.536.745	1.690.996
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.059.695	1.802.841	2.766.517	1.802.233	1.157.280
Contas a pagar por aquisições	589.762	468.472	468.800	371.316	95.675
Dívida Bruta	4.255.450	2.818.557	3.886.351	2.615.208	1.603.895
Caixas e equivalentes de caixa	409.757	549.915	263.208	536.838	740.891
Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	360.857	932.830	829.594	1.477.914	46.206
Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	12.050	15.306	12.144	35.885	32.795
Dívida Líquida	3.472.786	1.320.506	2.781.405	564.571	784.003

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medida que proporciona informações úteis a potenciais investidores, analistas financeiros e ao público, para que possam analisar o desempenho financeiro da Companhia, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma compreensão útil da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Já com relação à Margem EBITDA, a Companhia entende ser apropriado utilizá-la por se tratar de medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

2.5 Medições não contábeis

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é a medida mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, o EBITDA Ajustado é uma medida mais precisa para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários.

Dívida Bruta

A Companhia utiliza Dívida Bruta para compreensão da sua condição financeira e dos seus resultados operacionais por entender se tratar da medida mais apropriada para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

Dívida Líquida

A Companhia utiliza Dívida Líquida para compreensão da sua condição financeira e dos seus resultados operacionais por entender se tratar da medida mais apropriada para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 05 de maio de 2023, a Companhia assinou documentos definitivos para o acordo de parceria com o Grupo Santa Lúcia ("Parceria" e "Grupo Santa") para a operação conjunta das atividades de oncologia de ambas as companhias no Distrito Federal. A Parceria compreende um acordo operacional e comercial de longo prazo (60 anos), não societário, para a operação conjunta das atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento oncológico ambulatoriais e hospitalares das duas companhias. Pela referida Parceria, a Companhia e o Grupo Santa dividirão os resultados econômicos combinados e futuros em oncologia, de acordo com uma proporção baseada na contribuição de cada parte para a Parceria, a ser apurada quando do fechamento da transação.

Como resultado dessa transação, ambas as companhias passarão a operar a oncologia de forma conjunta no Distrito Federal. Com uma rede composta de centros de diagnóstico, clínicas e câncer centers, abrangendo toda a linha de cuidado para o paciente oncológico e contando com uma infraestrutura combinada de 2 centros de imagem, 26 unidades ambulatoriais e 4 hospitais de alta complexidade. Cada uma das companhias contribui, portanto, com suas respectivas operações e competências, não havendo qualquer pagamento ou desembolso de caixa no contexto da Parceria. Portanto, se tratando de uma parceria sem alteração societária, a Companhia e o Grupo Santa permanecem com sua estrutura patrimonial inalteradas.

A Parceria permitirá à Companhia, após o fechamento da transação, o estabelecimento imediato de uma rede de 4 câncer centers no Distrito Federal, com mais de 850 leitos e 45 salas de cirurgias. A Companhia atendeu, em 2022, aproximadamente 10.000 pacientes em suas clínicas oncológicas no Distrito Federal, os quais passarão a contar com uma experiência ainda mais completa e unificada de atendimento, em qualquer etapa do tratamento, proporcionando mais agilidade, conforto para o paciente e custo-efetividade para os planos e operadoras de saúde.

O fechamento da transação depende do cumprimento de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	31/03/2023	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>O estatuto social da Companhia prevê que, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e demais tributos sobre o lucro, 5% do valor deverá ser destinado a reserva legal, até que o saldo desta atinja 20% do capital social da Companhia. O valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimento”, cujo valor poderá corresponder a até 100% do saldo remanescente do lucro líquido, que terá por fim financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia e não deverá exceder o valor do capital social.</p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e demais tributos sobre o lucro, 5% do valor deverá ser destinado a reserva legal, até que o saldo desta atinja 20% do capital social da Companhia. O valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimento”, cujo valor poderá corresponder a até 100% do saldo remanescente do lucro líquido, que terá por fim financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia e não deverá exceder o valor do capital social.</p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e demais tributos sobre o lucro, 5% do valor deverá ser destinado a reserva legal, até que o saldo desta atinja 20% do capital social da Companhia. O valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimento”, cujo valor poderá corresponder a até 100% do saldo remanescente do lucro líquido, que terá por fim financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia e não deverá exceder o valor do capital social.</p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e demais tributos sobre o lucro, 5% do valor deverá ser destinado a reserva legal, até que o saldo desta atinja 20% do capital social da Companhia. O valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimento”, cujo valor poderá corresponder a até 100% do saldo remanescente do lucro líquido, que terá por fim financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia e não deverá exceder o valor do capital social.</p>
(a.i) Valores das retenções de lucros	N/A	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	N/A	N/A	N/A	N/A

2.7 Destinação de resultados

	31/03/2023	2022	2021	2020
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo</p> <p>202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores:</p> <p>(i) importância destinada à constituição de reserva legal; e</p> <p>(ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo</p> <p>202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores:</p> <p>(i) importância destinada à constituição de reserva legal; e</p> <p>(ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo</p> <p>202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores:</p> <p>(i) importância destinada à constituição de reserva legal; e</p> <p>(ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo</p> <p>202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores:</p> <p>(i) importância destinada à constituição de reserva legal; e</p> <p>(ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, levantar balanço semestral, trimestral ou mensal e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Estatuto Social também autoriza o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	<p>A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, levantar balanço semestral, trimestral ou mensal e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Estatuto Social também autoriza o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	<p>A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, levantar balanço semestral, trimestral ou mensal e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Estatuto Social também autoriza o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	<p>A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, levantar balanço semestral, trimestral ou mensal e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Estatuto Social também autoriza o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>

2.7 Destinação de resultados

	31/03/2023	2022	2021	2020
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nos termos da Escritura de Emissão da 8ª e da 9ª emissão de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, bem como do Termo de Securitização do CRI da 9ª emissão da True Securitizadora, caso a Companhia esteja em mora no âmbito destes contratos, a distribuição de dividendos culminará o vencimento antecipado das dívidas.	Nos termos da Escritura de Emissão da 8ª e da 9ª emissão de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, bem como do Termo de Securitização do CRI da 9ª emissão da True Securitizadora, caso a Companhia esteja em mora no âmbito destes contratos, a distribuição de dividendos culminará o vencimento antecipado das dívidas.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e em determinados contratos financeiros da Companhia vigentes à época, os quais restringiam a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e em determinados contratos financeiros da Companhia vigentes à época, os quais restringiam a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada.	A Companhia não possui uma política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada.	A Companhia não possui uma política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada.	A Companhia não possui uma política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

No último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não havia ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não apareceram nos respectivos balanços patrimoniais (*off-balance sheet items*).

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

No último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, Não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos respectivos balanços patrimoniais da Companhia.

(iii) Contratos de construção não terminada

No último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não havia contratos de construção não terminada não evidenciados nos respectivos balanços patrimoniais da Companhia.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos respectivos balanços patrimoniais da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao período de três meses findo em 31 de março de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia atua no segmento de serviços de saúde por meio clínicas de oncologia, laboratórios de genômica, anatomia patológica e *câncer centers* no Brasil. A Companhia opera a maior rede de clínicas oncológicas do Brasil, com 133 unidades localizadas estrategicamente em 35 cidades do Brasil.

Com a contínua busca pela eficiência e melhora operacional da Companhia, continua investindo em diversas frentes operacionais, incluindo reformas na infraestrutura das atuais unidades e expansão de novas clínicas em localização em que a Companhia ainda não está presente e sistemas, automatização de rotinas, além de investimentos em equipamentos, computadores, licenças, entre outras despesas.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia investiu em novas tecnologias com o intuito de aumentar o nível de serviço prestado. Dentre as diversas iniciativas, podemos destacar o desenvolvimento dos centros integrados de tratamento de câncer, a criação do laboratório de genômica, a aquisição dos laboratórios de anatomia patológica e o desenvolvimento das atividades de bioinformática.

Em termos de valores, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2023, o desembolso de caixa relacionado aos investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizou R\$44.267 e os gastos com aquisição de novas empresas totalizaram R\$8.250. Já nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro em 2022, 2021 e 2020, a Companhia investiu R\$300.179, R\$188.445 e R\$204.803, respectivamente, em investimentos na aquisição de ativo imobilizado e R\$819.361, R\$402.500 e R\$86.597, respectivamente com gastos com aquisição de novas empresas. Além disso, na data deste Formulário de Referência, a Companhia havia anunciado investimentos em dois *cancer centers*:

Cancer Center São Paulo

Em 2022, a Companhia anunciou o desenvolvimento de um Cancer Center em São Paulo em parceria com a Unimed Nacional. O novo centro de alta complexidade da Companhia contará com um moderno parque de diagnóstico por imagem, anatomia patológica e genômica integradas, ala dedicada a terapia celular, aceleradores lineares para radioterapia e cuidados continuados.

Cancer Center Salvador

Em 2022, a Companhia anunciou o desenvolvimento de um Cancer Center em Salvador. O Cancer Center Salvador contará com um moderno centro de diagnóstico, leitos para internações e infusões de quimioterapia, cirurgias de alta complexidade (incluindo cirurgias robóticas), ala dedicada a transplante de medula óssea, radioterapia e cuidados continuados, sendo coordenado pelo NOB / Oncoclínicas, por meio de um acordo vigente pelos próximos 30 anos.

2.10 Planos de negócios

Cancer Center Goiânia

Em 2023, a Companhia anunciou o desenvolvimento de um Cancer Center em Goiânia. O Cancer Center Goiânia contará com um moderno centro de diagnóstico, leitos para internações e infusões de quimioterapia, cirurgias de alta complexidade (incluindo cirurgias robóticas), ala dedicada a transplante de medula óssea, radioterapia e cuidados continuados.

Adicionalmente, a Companhia tem como principal objetivo em 2023 utilizar os recursos provenientes de geração de caixa operacional para financiar seu crescimento inorgânico e expansão orgânica das operações existentes.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de suas atividades operacionais e empréstimos e financiamentos bancários.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Atualmente a Companhia não adota indicadores de desempenho baseados em questões ASG, para fins de seus planos de negócios.

Entretanto, para a criação de plano de ação estruturado para o curto, médio e longo prazos, em 2022, a Companhia contratou consultoria especializada para auxiliar em identificar nossas potenciais oportunidades e desafios em questões ASG.

Temos um comitê dedicado às questões ASG, com reuniões recorrentes. O plano de ação das questões ASG da Companhia, está baseado em 3 pilares:

- a) Ambiental, com nossas iniciativas para dar preferência pela utilização de localizações com uso de energia eficiente, e adesão aos mais altos padrões de destinação de resíduos;
- b) Social, com a promoção de campanhas de conscientização sobre o câncer, seus tratamentos e promoção de hábitos de vida saudáveis para a população brasileira; foco na melhoria da condição de saúde de seus empregados; fomento do treinamento continuado de seus médicos para melhoria no tratamento de seus pacientes, elevando o padrão de tratamento no Brasil; e
- c) Governança, com processos padronizados, protocolos e registros em suas clínicas, revisão periódica de suas políticas, diretrizes, códigos, como por exemplo o de conduta e ética, para manutenção de elevados padrões de Compliance, detentora do selo Pró-Ética.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos com o objetivo de controlar ou mitigar riscos corporativos sejam estes operacionais, estratégicos ou regulatórios. Essa política de gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 7 de julho de 2021 e reformada em 16 de dezembro de 2022, sendo sua aplicação também monitorada pelo referido órgão, além de outros órgãos voltados para a governança da Companhia.

O gerenciamento de riscos de mercados e todos os demais riscos aos quais a Companhia está exposta estão devidamente contemplados na sua Política de Gerenciamento de Riscos, a qual está descrita neste Formulário de Referência.

Não obstante, assim como o faz em sua abordagem a riscos em geral, também com relação a riscos de mercado a Companhia adota procedimentos internos e de atribuição de funções e de competências hierárquicas entre áreas e departamentos da Companhia com a finalidade de controlar, monitorar e mitigar riscos de mercado, de acordo com os objetivos e orientação geral fixados pela administração.

Nota-se ainda que os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são constantemente monitorados e tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos por cada área responsável, sob a orientação e supervisão da administração.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes que norteiam as práticas de gestão dos riscos da Companhia, ou seja, a Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os controles e procedimentos necessários para identificar, avaliar, tratar e monitorar todos os riscos aos quais a Companhia está exposta de forma a prevenir a ocorrência de tais riscos ou minimizar os seus impactos, bem como definir os procedimentos e as responsabilidades na gestão de riscos, em atenção aos objetivos estratégicos e geração de valor buscados pela Companhia. A Política de Gerenciamento de Riscos e as estruturas de gerenciamento de riscos aplicam-se a todos os macroprocessos, processos, subprocessos e operações de negócio da Companhia e são aplicáveis a todos os colaboradores e administradores da Companhia.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, as atividades de gestão de riscos são parte integrante de todas as atividades organizacionais da Companhia e devem ser conduzidas com base nos seguintes princípios:

- a) Ambiente de controles;
- b) Identificação dos riscos;
- c) Atividades de controle;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- d) Informação e comunicação; e
- e) Atividades de monitoramento.

Adicionalmente, todo o processo de gestão de riscos deve se basear nas diretrizes de que (i) todas as decisões relacionadas a riscos devem considerar o impacto na organização como um todo, não apenas nas linhas individuais de negócios; (ii) a gestão de riscos deve se concentrar e permitir que os processos de gestão de risco sejam proativos, em vez de reativos; e (iii) devem ser consideradas as interações de riscos.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia reconhece que suas atividades estão expostas a riscos inerentes ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados às questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, às novas leis e regulamentações a que está sujeita, aos operadores de planos de saúde e às questões reputacionais, que surgem no curso normal das atividades da Companhia e aos riscos corporativos como um todo, incluindo o risco de não consecução de sua estratégia. Neste sentido, a Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, e o processo de tratativa dos riscos em consonância com suas demais políticas e procedimentos internos. Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia visa proteger-se de todos os riscos que podem impactá-la adversamente, o que inclui, mas não se limita, as seguintes categorias de riscos:

- a) **Riscos operacionais:** relacionados à inadequação ou falha na gestão de processos internos, disponibilidade, desempenho, integridade e outros correlatos às operações da Companhia.
- b) **Riscos estratégicos:** riscos relacionados à não execução das estratégias da Companhia e de seus planos de investimentos com sucesso, impactando negativamente seus objetivos.
- c) **Riscos cibernéticos:** associados a interrupções relevantes na prestação dos serviços ocasionadas por quedas, perdas e/ou falhas dos sistemas, softwares e elementos de atendimento e tratamento, originados por questões de infraestrutura, de segurança ou operacional, além da possibilidade de expor ativos, impactando negativamente a integridade e confidencialidade de dados.
- d) **Riscos financeiros:** alusivo à possibilidade de perdas relativas às variações de mercado que envolvam flutuações de taxa de câmbio, de taxas de juros e variações dos ativos da Companhia, inadimplência de clientes e incapacidade financeira da Companhia para cumprir suas obrigações financeiras.
- e) **Riscos regulatórios:** riscos decorrentes da possibilidade de não cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas, sujeitando a Companhia a sanções legais, financeiras e/ou reputacionais.
- f) **Riscos socioambientais:** riscos relacionados à inadequação da gestão ambiental e social ou de mudanças socioambientais que podem impactar negativamente as atividades e objetivos estratégicos da Companhia.
- g) **Riscos de mercado:** riscos decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por flutuações em taxas de juros, oscilações cambiais, inadimplência de seus clientes, de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros ou mesmo pela falta de liquidez para cumprimento de obrigações associadas a seus passivos financeiros. Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão detalhados no item 4.3 deste Formulário de Referência.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia reconhece que suas atividades e de suas subsidiárias estão expostas a riscos que podem impactá-las negativamente, cuja gestão deverá ser atribuída a diferentes departamentos de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece as diretrizes para identificar, avaliar, tratar, monitorar e gerenciar os riscos, obedecendo as estratégias de negócios, limites de riscos e demais políticas internas da Companhia aprovadas por sua alta administração.

Neste sentido, a Política de Gerenciamento de Riscos define o processo de gerenciamento de riscos pela categorização e avaliação de cada risco, bem como a aplicação de controles internos para mitigá-los, baseados na probabilidade de o evento ocorrer e seu provável impacto, caso nenhuma medida seja tomada.

A Companhia estabelece as seguintes etapas para o gerenciamento de riscos, com base nos princípios do COSO – ERM: *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework*:

1. **Identificação dos riscos:** Etapa para a compreensão dos riscos, com coleta de informações. A identificação de riscos ocorre continuamente para processos existentes e sempre que necessário no lançamento de novos produtos, projetos ou mudanças contempladas em produtos e processos existentes.
2. **Avaliação e medição de risco:** A avaliação de risco inclui a consideração da probabilidade de ocorrência de um risco e o impacto de um risco na realização dos objetivos da Companhia dentro de um prazo especificado.
3. **Resposta e ação ao risco:** Para cada risco identificado, é estabelecida uma opção de “resposta” apropriada para otimizar a gestão do risco. São opções de resposta:
 - (i) Otimizar (Reter): Aprimorar o nível do risco expresso por ajustes em termos da combinação dos seus impactos e probabilidades, evoluindo continuamente o seu desempenho em termos de sua avaliação de sua significância;
 - (ii) Certificar (Assegurar): Promover garantias que assegurem e melhorem a eficiência de resultados na configuração de significância (critérios) do nível do risco no cenário assumido;
 - (iii) Acompanhar (Controlar): Observar de forma crítica e contínua, a fim de identificar mudanças (vulnerabilidades) nos níveis esperados da configuração de significância do risco, buscando evolução no seu nível de classificação; e
 - (iv) Mitigar (Reduzir): Abrandar ou minimizar o nível do risco constatado (tender a zero), tomando ações eficazes junto aos efeitos adversos identificados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

4. **Monitoramento:** Os riscos e as atividades de resposta aos riscos são monitorados para garantir que os riscos significativos permaneçam dentro dos níveis de risco aceitáveis. Eventuais considerações emergentes, incluindo aumento de exposição são identificados, para que as respostas aos riscos e as atividades de controle sejam adequadas e apropriadas.
5. **Reporte:** A liderança da Companhia, representada pela Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, devem ser informados com relação aos resultados das etapas anteriores. Em sua capacidade de supervisão, avaliam se os riscos estão sendo gerenciados dentro dos níveis de risco aprovados. Os reportes devem minimamente contemplar: destaque aos riscos significativos e aos riscos que excedem seus níveis de risco aceitáveis aprovados; identificar o prazo e o status das atividades adicionais de gerenciamento de risco para que sejam enquadrados em níveis de risco aprovados; identificar riscos emergentes, tendências de aumento ou diminuição da exposição ou mudanças nas atividades da Companhia, e outras inclusões conforme solicitação da liderança.

Com relação ao gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia:

Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: monitora sua exposição à flutuação na taxa de juros básicos, decorrente de instrumentos de dívida, e realiza testes de sensibilidade em diferentes taxas no seu planejamento financeiro para assegurar liquidez mesmo nos cenários de maior variação dos juros; e

Risco cambial: no âmbito da Política de Gestão de Riscos, é determinado que para os contratos que possam gerar riscos cambial e que possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia, devem ser adotadas medidas de proteção e minimização do impacto por parte da administração. Nesse sentido, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) para proteção patrimonial em operações financeiras pactuadas em moeda estrangeira, com condições idênticas de valor prazo e taxa, trocando a exposição à variação cambial pela variação do CDI, de modo a mitigar o risco financeiro decorrente de eventuais oscilações em taxa e moeda estrangeira. As operações de *swap* contratadas possuem caráter exclusivo de proteção.

Por fim, visando à manutenção da rentabilidade e da liquidez, a Companhia realiza análise de (i) indicadores de inadimplência; (ii) indicadores de alavancagem; e (iii) indicadores de liquidez, monitora as projeções de mercado futuro dos índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxas de juros por meio do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e de reuniões periódicas com os economistas chefes das principais instituições financeiras brasileiras.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

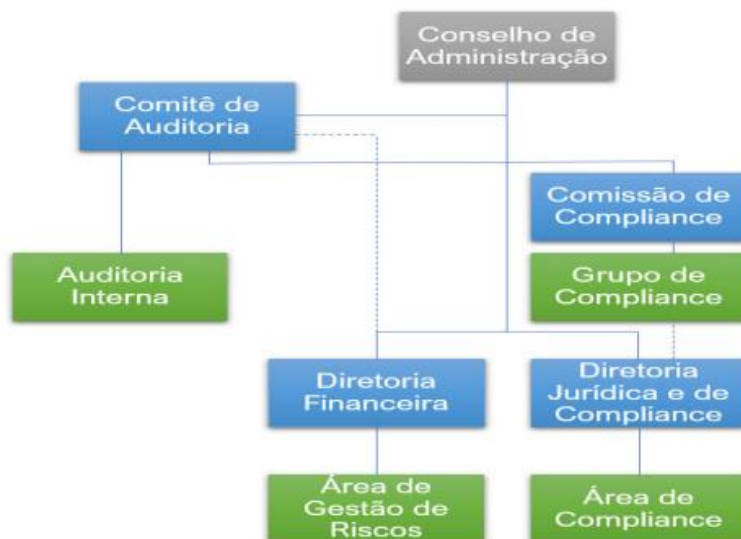
A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os seus colaboradores, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos aos quais a Companhia está exposta, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura de gerenciamento dos risco adotado pela Companhia é dividida de acordo com as diretrizes da Estrutura Integrada de Controles Internos do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), que recomenda a gestão de riscos através do modelo das 3 (três) linhas:

1. 1ª Linha: está associada à linha de frente dos negócios e inclui todos os colaboradores diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Trata-se das áreas operacionais e de suporte ou unidades de negócios.
2. 2ª Linha: refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria estão a Área de Gestão de Riscos, a Área de Compliance, o Grupo de Compliance e a Comissão de Compliance, com apoio do Comitê de Auditoria, órgão independente de assessoramento ao Conselho de Administração. Os membros da Área de Gestão de Riscos e da Área de Compliance não acumulam atividades operacionais. No desenvolvimento de suas funções, podem contar com o auxílio de outras áreas da companhia, tais como controladoria, jurídico e auditoria interna; e
3. 3ª Linha: refere-se à atuação da Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos adotados.

Desta forma, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com a participação de diversos órgãos e áreas, conforme demonstradas no organograma abaixo:



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho de Administração

O gerenciamento de riscos, por sua relevância para atingir os objetivos da Companhia, inclusive os estratégicos, passa pela orientação do Conselho de Administração que possui a responsabilidade pelo direcionamento da Companhia e pelas decisões estratégicas. Além das funções previstas em seu Regimento Interno, o Conselho de Administração da Companhia deverá ser o órgão responsável por monitorar o funcionamento do processo de gerenciamento de riscos, considerando o apetite ao risco da Companhia, e os planos de ação definidos em resposta a estes eventos, sendo suas atribuições:

- aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões;
- determinar o Apetite ao Risco;
- contratar e destituir os auditores independentes da Companhia e determinar à Diretoria a escolha dos auditores das controladas, das investidas e das sociedades coligadas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
- promover e incentivar a cultura de gestão de riscos na Companhia;
- apoiar as ações propostas para mitigação dos fatores de riscos que estejam com baixa adesão;
- assegurar que a gestão de riscos esteja integrada em todas as atividades da Companhia;
- assegurar que os recursos necessários sejam alocados para gerenciar riscos, com alocação de orçamento específico e garantia da autonomia funcional para o Comitê de Auditoria e para a Auditoria Interna;
- delegar autoridades e responsabilidades nos níveis apropriados dentro da Companhia para garantir a correta execução da Política de Gerenciamento de Riscos;
- monitorar e reavaliar periodicamente os riscos estratégicos e de imagem;
- receber reportes periódicos da Área de Gestão de Riscos e Área de Compliance, por meio da Diretoria Financeira e Diretoria Jurídica e de Compliance, respectivamente, sobre as atividades de Gerenciamento de Riscos; e
- reavaliar, junto ao Comitê de Auditoria, a adequação da estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

A Companhia possui um Comitê de Auditoria de caráter permanente que atua com autonomia operacional como órgão de assessoramento do Conselho de Administração e tem como responsabilidades, nos termos de seu Regimento Interno:

- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- supervisionar as atividades da auditoria independente;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- avaliar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da Auditoria Interna e das áreas de controles internos da Companhia (Área de Gestão de Riscos e Área de Compliance);
- receber reportes da Área de Gestão de Riscos, por meio da Diretoria Financeira, sobre a estratégia de Gerenciamento de Riscos da Companhia, quando aplicável;
- supervisionar e apoiar as atividades da Comissão de Compliance;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos;
- avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;
- receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e suas controladas, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- receber do Diretor(a) Jurídico(a) e de Compliance reporte pontual dos relatos que tenham as seguintes naturezas: (i) suspeitas de violações do Código de Ética e Conduta e suas políticas que coloquem em risco a continuidade dos negócios da Companhia; (ii) suspeitas de violações do Código de Ética e Conduta e suas políticas por membros da Diretoria Executiva; (iii) suspeitas de violações da Política de Relacionamento com Agentes Públicos, FCPA, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro; e (iv) suspeitas de violações de normas internas da Companhia em matérias afeitas às atribuições do Comitê de Auditoria, conforme disposto em seu Regimento Interno (foco financeiro);
- receber do(a) Diretor(a) Jurídico(a) e de Compliance, trimestralmente, apresentação de sumário executivo dos trabalhos de compliance que foram realizados e outros temas de interesse;
- aprovar um cronograma de atividades de Auditoria Interna para o exercício social correspondente; e
- examinar as transações com partes relacionadas propostas pela Diretoria Jurídica e de Compliance, com base nas informações e documentos disponibilizados, e tecer suas recomendações ao Conselho de Administração, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas. Sempre que necessário, a Área de Compliance auxiliará a Diretoria Jurídica e de Compliance a avaliar se eventuais transações envolvem partes relacionadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia, por sua vez, tem como competências:

- implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração em relação ao gerenciamento de riscos, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta;
- assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta;
- comunicar a Auditoria Interna tempestivamente sobre riscos aos quais a Companhia está exposta não previstos, sejam eles novos ou não, e propor ao Conselho de Administração eventuais revisões da Política de Gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta;
- cumprir o plano de ação alinhado com a Área de Gestão de Riscos, Área de Compliance e Auditoria Interna e implantá-lo segundo a prioridade nele definida, respeitando os limites de riscos estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- propor ao Conselho de Administração alterações no apetite ao risco da Companhia; e
- executar suas atribuições considerando os limites de riscos e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

Auditoria Interna:

A Companhia possui uma Auditoria Interna terceirizada que atua como terceira linha de defesa e é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos adotados pela Companhia.

A auditoria interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ou quando julgar necessário.

O plano anual de Auditoria Interna é estruturado com base em riscos identificados, bem como em processos já avaliados com alta exposição a riscos, vinculados a temas avaliados como importantes ou críticos pela Diretoria Executiva. Após priorização dos riscos, o plano anual de auditoria interna é aprovado pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração.

As atribuições da área de Auditoria Interna e a suficiência da sua estrutura e orçamento ao desempenho de suas funções são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e periodicamente reavaliada por estes órgãos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Área de Gestão de Riscos:

A Companhia mantém uma Área de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa, sendo responsável pelas funções de controles internos e riscos corporativos. Os colaboradores da Área de Gestão de Riscos não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Empresa.

A Área de Gestão de Riscos, por meio da Gerência de Gestão de Riscos, se reporta ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração com relação às atividades e funções de controles internos e riscos corporativos, e à Diretoria Financeira da Companhia com relação aos demais assuntos administrativos.

Compete à Área de Gestão de Riscos:

- analisar e avaliar os fluxos internos dos processos da Companhia, de acordo com a metodologia por ela adotada, identificando necessidades e oportunidades de melhoria nos processos com objetivo de mitigar riscos de erro nas demonstrações financeiras da Companhia;
- desenvolver, em conjunto com as demais áreas da Companhia, os planos de ação para cada "GAP" identificado no processo de mapeamento dos fluxos internos dos processos da Companhia, com base na metodologia COSO;
- manter a Administração atualizada quanto às deficiências de controle, governança e gerenciamento de riscos, bem como do status de implantação dos planos de ação, através da elaboração de relatórios mensais, ou por trabalho executado;
- assegurar segregação de funções entre as atividades e cargos através do mapeamento de perfil de acesso, evitando conflitos de interesse;
- eliminar as deficiências de controle e avaliar a implantação das recomendações de melhoria identificadas pela auditoria externa e consultorias;
- apoiar a Auditoria Interna na implantação de suas recomendações de melhoria identificadas;
- suportar, quando demandado, a auditoria interna no processo de análise, identificação e implantação de procedimentos relacionados aos fluxos e processos;
- contribuir para o cumprimento das orientações e procedimentos determinados pelo Comitê de Auditoria através do desenho, mapeamento do fluxo e descrição de processos;
- analisar e acompanhar o cumprimento dos fluxos e procedimentos que geram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, através da identificação e mapeamento das contas contábeis relevantes e suas movimentações/alterações;
- suportar a Administração da Companhia e o Comitê de Auditoria no desenvolvimento, implantação e gerenciamento de novos projetos; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- manter a governança em tecnologia da informação alinhada às práticas do Control Objectives for Information and related Technology (COBIT) assim como às premissas da gestão de riscos corporativos.

Nota-se, ainda, que os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são constantemente monitorados e tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos por cada área responsável, sob a orientação e supervisão da administração da Companhia.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos estão adequados e encontram-se em processo de melhoria contínua.

A Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos. Além disso, a Companhia contrata terceiros para o desempenho das atividades da Auditoria Interna (desde maio de 2021). A empresa contratada para exercer a Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria, nos termos do artigo 23, III do Regulamento do Novo Mercado. Tal avaliação é conduzida em periodicidade anual.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer segurança e confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 (Lei de Sociedades por Ações).

Ademais, a Companhia também implementa controles internos que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Esses procedimentos buscam aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

Adicionalmente, a Companhia conta com diversas áreas responsáveis por elaborar e disseminar as políticas e procedimentos internos da Companhia, no que tange o gerenciamento de riscos, incluindo a elaboração das informações financeiras, e que visam estabelecer as diretrizes esperadas para o processo adequado de gestão de riscos, controles internos e compliance da Companhia e que devem ser aplicadas por todos os seus colaboradores, conforme descrito na seção 5.1 deste Formulário de Referência.

São exemplos de políticas internas estabelecidas pela Companhia:

- a. Política de gerenciamento de riscos;
- b. Código de Ética e Conduta;
- c. Política de transações com partes relacionadas;
- d. Política de Gestão de Conflitos de Interesses;
- e. Política Concorrencial; e
- f. Política de Relacionamento com Agentes Públicos, FCPA, combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro.

Cabe ressaltar que compete ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliar as informações contábeis trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, discutir as políticas contábeis críticas que suportam o processo de elaboração das demonstrações financeiras, avaliar periodicamente a adequação dos controles internos e demais relatórios contendo informações financeiras e não financeiras relevantes da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Complementarmente, o Comitê de Auditoria se reúne periodicamente com os auditores independentes para discutir o plano de trabalho da auditoria independente, principais assuntos de auditoria identificados, o resultado dos trabalhos realizados e eventuais assuntos que possam impactar a qualidade das demonstrações financeiras e ambiente de controles internos da Companhia.

Ademais, a Área de Gestão de Riscos da Companhia vem adaptando os processos e controles utilizando como base teórica a metodologia do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), como balizador das melhorias a serem implantadas para aumentar a aderências às melhores práticas do mercado, sendo o órgão responsável por assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles.

As principais práticas de controles internos da Companhia são:

- a) **Plano de Gestão de Controles Internos:** Baseado neste plano anualmente é definido o escopo de validação dos controles para nortear a Área de Controles Internos na validação dos controles das áreas de negócio e elaboração do calendário de validação dos controles.
- b) **Planos de Ação:** Desenvolvimento em conjunto com as demais áreas do Grupo, os planos de ação para cada deficiência de controle identificada durante mapeamento de processos, identificada pelas áreas de negócios, sinalizadas nos relatórios da auditoria interna e auditoria externa.
- c) **Reunião Periódica sobre Planos de Ação:** Realização de reuniões mensais para reportes sobre evolução do status de implantação dos planos de ação junto ao Vice-Presidente, Diretoria da Controladoria e demais diretores e gestores, cuja área de negócio teve apontamento de deficiência de controle.
- d) **Reunião Periódica de Controles Internos:** Realização de reuniões mensais com os gestores das unidades de quimioterapia e radioterapia, onde os indicadores das áreas de negócios do CSO são apresentados (exemplo: indicadores de gestão de estoque, Prazo Médio de Contas Abertas, emplaquetamento, imobilizados etc.)

A Companhia dispõe ainda de canais de denúncias para reporte de condutas consideradas antiéticas ou que violem a legislação e políticas internas vigente, incluindo aqueles utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras. O canal é disponível a todos os funcionários e terceiros, garantindo comunicações confidenciais e seguras.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são os órgãos máximos que monitoram e avaliam sistematicamente os riscos e controles internos da Companhia, tendo entre suas responsabilidades verificar monitorar e aconselhar planos de remediação para riscos que possam impactar as suas demonstrações financeiras.

A Companhia realiza o monitoramento proativo da vigência das políticas, o mapeamento dos controles versus riscos operacionais, o acompanhamento e obtenção das respostas das deficiências de controles identificados e a execução do calendário de validação dos controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras que, conforme descrito no item "a" acima, conta com o apoio das demais estruturas organizacionais diretamente envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle da Companhia.

A Diretoria de Planejamento Financeiro é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do planejamento estratégico, otimização dos processos operacionais, análise da performance econômico-financeira, controle de custos, apoio na gestão de riscos, preparação, complementação e acompanhamento do processo orçamentário, acompanhamento e reporte dos resultados para a Administração.

O sistema de controles internos da Companhia também conta com o apoio das Áreas de Gestão de Riscos (criada em junho de 2021) e de Compliance (criada em outubro de 2016), do Grupo de Compliance (criado em janeiro de 2017), e da Comissão de Compliance (criada em fevereiro de 2017), que são os principais responsáveis pela execução das atividades de gestão dos riscos e controles internos.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos da Companhia são monitorados pelo Comitê de Auditoria, pela Área de Gestão de Riscos e Área de Compliance. A Área de Gestão de Riscos se reporta à Diretoria Financeira, enquanto a Área de Compliance se reporta à Diretoria Jurídica e de Compliance. Tais diretorias reportam-se diretamente ao Conselho de Administração com relação a estas respectivas atividades e funções, sendo que a Diretoria Financeira pode se reportar também ao Comitê de Auditoria, sempre que necessário.

Vale salientar ainda que a Área de Gestão de Riscos e a Auditoria Interna também atuam de forma coordenada para analisar, identificar e implantar procedimentos relacionados aos fluxos e processos, gerenciamento de novos projetos e mapeamento do fluxo e descrição de processos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte de sua auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. obteve um entendimento dos controles internos que foram considerados relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nesse contexto, os auditores independentes identificaram uma deficiência significativa de controles internos relacionada à revisão dos lançamentos manuais realizados pela contabilidade.

5.2 Descrição dos controles internos

Nesse sentido, foi verificado que o processo de revisão dos registros dos lançamentos manuais, conforme previsto na política interna da Companhia, não contempla todos os lançamentos contábeis, especialmente aqueles intitulados como “dentro da política”. Adicionalmente, o processo de classificação dos registros como “dentro da política” é manual, realizado pelos usuários no momento da inclusão do registro no Sistema Protheus. Durante as revisões, foi identificado um registro contábil no mês de setembro relativo ao reconhecimento de novos contratos do plano de benefício baseado em ações que foi classificado como dentro da política, no entanto essa natureza de registro não estava apresentada nos itens previstos na política interna da Companhia.

Ademais, os auditores independentes identificaram: (i) registros de lançamentos manuais realizados fora do período estabelecido pela política, bem como lançamentos que não passaram pelo processo de revisão e aprovação; (ii) que o sistema utilizado pela Companhia para realizar as aprovações dos registros contábeis manuais (“Fluig”) não se integra ao ERP (“Protheus”), onde os registros contábeis são registrados; e (iii) que não há controle de revisão dos lançamentos manuais para as entidades da Companhia que estão fora do ambiente do Centro de Serviços Compartilhados.

Os auditores independentes recomendaram que a administração da Companhia (i) realizasse alterações na política de aprovação dos lançamentos manuais considerando os pontos de atenção identificados descritos acima, com o objetivo de assegurar que todos os lançamentos manuais sejam devidamente revisados, de forma tempestiva e documentados nos sistemas correlatos; (ii) automatizasse o processo de importação ou interface entre os sistemas Fluig e Protheus; e (iii) implementasse controles de aprovação dos registros manuais para todas as entidades recém-adquiridas, cujos controles relacionados operam fora do ambiente do Centro de Serviços Compartilhados.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação aos comentários dos auditores independentes sobre a deficiência significativa identificada, a administração da Companhia informou que está em fase de reestruturação do processo de revisão de lançamentos manuais adotado pela Companhia, a fim de mitigar os riscos de lançamentos indevidos e/ou fora da política da Companhia. De acordo com a administração, essa reestruturação incluirá: (i) melhorias e automação dos processos que atualmente são manuais; (ii) complementação da matriz de risco para identificar transações e contas complexas, visando uma revisão mais robusta do processo; (iii) estabelecimento de alçadas de aprovação; e (iv) revisão dos processos para lançamentos manuais, levando em consideração a complexidade e relevância. Espera-se que esse processo seja concluído até o final de 2023.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 acima, é voltada, dentre outros, à proteção de riscos de conformidade. Além disso, a Companhia mantém um Programa de Integridade, formalmente definido e implementado, que estabelece diretrizes e orienta os colaboradores sobre as condutas esperadas no desempenho de suas funções.

Os pilares desse Programa são a estrita observância das leis e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia e a adoção dos mais elevados padrões de ética empresarial.

Este Programa de Integridade, conforme descrito neste item 5.3, é composto por diretrizes formais, incluindo um Código de Conduta e Políticas, auditorias periódicas e manutenção de Canal de Denúncias, dentre outras atividades, e é executado e monitorado pelas áreas da Companhia dedicadas às funções de integridade, incluído a Área de Compliance, o Grupo de Compliance, a Comissão de Compliance e Comitê de Auditoria.

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que foram elaborados após análise dos riscos a que a Companhia está sujeita. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

Código de Ética e Conduta: A Companhia possui, desde 2016, um Código de Ética e Conduta que tem o objetivo de servir como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores e terceiros da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código vem sendo continuamente aprimorado e sua última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de julho de 2021. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas diretrizes sobre (i) conduta e relacionamento pessoal; (ii) contatos externos, (iii) relacionamento com imprensa e mídias sociais; (iv) uso e proteção de bens e valores; (v) saúde e segurança no trabalho; (vi) meio ambiente; (vii) tratamento e confidencialidade de informações; (viii) questões éticas em pesquisas científicas, treinamento e desenvolvimento; (ix) conflitos de interesse; (ix) brindes e presentes, entretenimento, convites para eventos e networking; (x) relacionamento com terceiros; (xi) relacionamento com acionistas, sócios e mercado de capitais; (xii) uso de sistemas de TI; (xiii) concorrência; (xiv) relacionamento com agentes públicos; (xv) combate à corrupção e lavagem de dinheiro; (xvi) medidas disciplinares e de canais de compliance; e (xvii) dever de relatar suspeitas de violação. Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a

5.3 Programa de integridade

sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível.

Política Concorrencial: Esta política tem o objetivo de orientar a conduta dos colaboradores e prestadores de serviço com relação à proteção e defesa da livre concorrência e garantir que haja condições justas para que concorrentes possam desenvolver suas atividades, garantindo que os consumidores tenham acesso a bens e serviços de qualidade, com preços competitivos. Nela, são abordadas as diretrizes de livre concorrência; de relacionamento com concorrentes; de relacionamento com clientes e fornecedores; e de controle de atos de concentração.

Política de Relacionamento com Agentes Públicos, FCPA, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro: Juntamente com o Código de Ética e Conduta, esta política orienta os Colaboradores e prestadores de serviços sobre as condutas esperadas na condução dos negócios da Companhia quando envolverem agentes públicos, com vistas a combater a corrupção, lavagem de dinheiro e a buscar conformidade com o FCPA e demais legislações anticorrupção aplicáveis à Companhia.

Política de Combate ao Assédio Sexual: Estabelece regras sobre a prevenção e o combate ao assédio sexual na Companhia. Esta política é aplicável a todos os colaboradores, e contém regras e diretrizes sobre os diferentes tipos de assédio sexual, as práticas terminantemente proibidas na Companhia, além das responsabilidades de cada colaborador no combate ao assédio sexual.

Política de Combate ao Assédio Moral: Estabelece regras sobre a prevenção e o combate ao assédio moral na Companhia. Esta política é aplicável a todos os colaboradores, e contém regras e diretrizes sobre a caracterização do assédio moral, exemplos e tipos de práticas que são consideradas assédio moral, além das responsabilidades de cada colaborador no combate ao assédio moral.

Política de Gestão de Conflitos de Interesses: Baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou agir contra os interesses da Companhia.

Treinamentos e Comunicação: A Companhia realiza treinamentos anuais sobre temas de integridade corporativa a todos os colaboradores, em formato online e presencial. Novos colaboradores são rotineiramente aculturados sobre as práticas de compliance e integridade adotadas na Companhia.

Análise de Integridade de Terceiros: Os contratos estabelecidos pela Companhia com seus terceiros (fornecedores de serviços, parceiros de negócio, corretoras e médicos) são formalizados mediante diligência prévia. Este processo tem o objetivo de verificar fatores que possam gerar algum risco para a Companhia, e inclui a avaliação de elementos como licenças e autorizações legais, processos judiciais, certidões e pesquisas em bases de dados públicas, conforme perfil de risco de cada fornecedor. Ademais, como boa prática e a fim de garantir que sejam mantidas apenas relações comerciais com terceiros idôneos, éticos e íntegros, a

5.3 Programa de integridade

Companhia inclui cláusulas anticorrupção em contratos com todos os terceiros por ela contratados.

Fusões e Aquisições: A Companhia adota ainda procedimentos de verificação prévia aos processos de fusão e aquisição, de forma a minimizar os riscos de responsabilização por atos ilícitos praticados anteriormente à operação.

Todas as políticas estão disponíveis no *website* da Companhia para consulta, a qualquer momento, por todos os interessados.

A Administração entende que os mecanismos e procedimentos descritos acima, bem como os decorrentes da implantação dessas políticas e normativos são suficientes para mitigar os fatores de riscos de integridade mapeados nos itens 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As principais estruturas organizacionais envolvidas na execução e monitoramento do Programa de Integridade da Companhia são: (i) a Área de Compliance; (ii) o Grupo de Compliance; (iii) a Comissão de Compliance; e (iv) o Comitê de Auditoria.

A Área de Compliance da Companhia é constituída por profissionais especializados, que não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia, e gozam de total autonomia e independência para requisitar e acessar todos os documentos às demais áreas da Companhia.

A Área de Compliance atua como segunda linha de defesa da Companhia, sendo responsável por executar as diretrizes definidas pelo Grupo de Compliance e na coordenação das reuniões da Companhia, além de desempenhar outras atividades relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo, a realização e análise de background checks, produção e divulgação de relatórios e coordenação do programa anual de treinamento e comunicação de compliance, de forma a sugerir e desenvolver os mecanismos necessários para a evolução e maturidade do Programa de Integridade.

A Área de Compliance, por meio da Gerência de Compliance, se reporta diretamente à Diretoria Executiva Jurídica e de Compliance.

A Companhia criou um grupo formado por membros das Diretorias Jurídica e de Compliance, Científica, Recursos Humanos, Vice-Presidência Executiva e Diretor Presidente, contando com a participação de representantes das demais Diretorias, quando necessário. O Grupo de Compliance é responsável por (i) promover a ampla divulgação interna (aos funcionários) e externa (aos clientes, fornecedores, parceiros e terceiros interessados) dos canais de compliance da Companhia; (ii) determinar as sanções e planos de remediação a serem adotados nos casos de violação do Código de Ética e Conduta, (iii) propor alterações ao Código de Ética e Conduta da Companhia e suas políticas para a aprovação do Conselho de Administração, dentre outras funções dispostas em seu regimento.

5.3 Programa de integridade

O Grupo de Compliance se reporta à Comissão de Compliance da Companhia.

Além disso, a Companhia também constituiu uma Comissão de Compliance, que atua como órgão independente, de caráter consultivo e permanente, em apoio ao Conselho de Administração.

O objetivo da Comissão de Compliance é zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e demais políticas de integridade da Companhia e apoiar o desenvolvimento do seu Programa de Integridade, além de atuar como a instância relacionada à compliance com representatividade junto à mais alta liderança da Companhia.

A Comissão de Compliance formada por membros do Conselho de Administração e realiza reuniões a cada 4 meses.

Além disso, a Companhia também considera que os seus colaboradores e líderes têm papel fundamental para mitigação dos riscos de integridade.

Colaboradores

São responsáveis por:

- Harmonizar seu comportamento com o Código de Ética e Conduta e políticas a ele relacionadas;
- Garantir que os parceiros de negócios cuja gestão esteja sob sua responsabilidade conheçam os valores expressos no Código de Ética e Conduta e políticas relacionadas, e que conduzam suas atividades em consonância com esses valores;
- Relatar quaisquer suspeitas de violação por meio dos Canais de Compliance, colaborando para a melhoria contínua da Oncoclínicas.
- Participar dos treinamentos obrigatórios de Compliance. Os novos Colaboradores deverão realizar o treinamento dentro de até 30 dias a contar do seu ingresso na companhia e, ao menos uma vez ao ano, todos os Colaboradores deverão participar de sessões de reforço. O atraso e/ou a negativa de participar dos treinamentos sujeita os Colaboradores a aplicação de medidas disciplinares.

Líderes

São responsáveis por:

- Reforçar por meio da comunicação os valores expressos neste Código de Ética e Conduta e políticas relacionadas;
- Garantir que suas equipes cumpram as diretrizes aqui estabelecidas e demais normas internas da Oncoclínicas;
- Garantir que suas equipes participem dos treinamentos obrigatórios sobre o Código de Ética e Conduta e suas políticas.

5.3 Programa de integridade

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui o Código de Ética e Conduta formalizado e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de julho de 2021. Este se aplica para Conselheiros, Diretores, colaboradores e terceiros (prestadores de serviço, agentes intermediários, e associados) contratados pela Companhia.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores e Diretores são treinados sobre o Código de Ética e Conduta ao ingressar na Companhia, além de receberem treinamento de atualização com periodicidade mínima anual conforme estabelecido na versão atualizada do Código de Ética e Conduta.

Todos os temas são abordados de forma a orientá-los sobre as diretrizes do Código. Ao final do treinamento, todos atestam o seu conhecimento e concordância com os termos do Código e demais políticas de compliance.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Violações ao Código de Ética e Conduta e demais políticas de integridade adotadas pela Companhia sujeitam os infratores a sanções previstas no Código de Ética e Conduta, sem prejuízo das medidas judiciais eventualmente cabíveis.

As medidas a serem adotadas incluem advertência oral e/ou por escrito, suspensão, rescisão do contrato de trabalho, suspensão ou encerramento do contrato com o terceiro e serão definidas individualmente mesmo que diversas pessoas tenham incorrido no desvio de conduta, considerando os elementos atenuantes e agravantes aplicáveis a cada indivíduo. As sanções serão também definidas considerando-se o tipo de vínculo do indivíduo com a Companhia.

Todas as sanções serão aplicadas sem prejuízo de eventuais ações judiciais para ressarcimento, persecução penal ou defesa de quaisquer outros interesses legítimos da Companhia.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui o Código de Ética e Conduta formalizado e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de julho de 2021. O Código encontra-se disponível em <https://www.grupooncoclinicas.com/o-grupo/programa-de-compliance>.

5.3 Programa de integridade

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um Canal de Denúncias aberto para registros de situações de condutas consideradas antiéticas ou de descumprimento ao Código de Conduta e Ética, políticas e regulamentos internos, bem como a legislação vigente. O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado por meio dos seguintes canais:

Site: <https://www.canaldeintegridade.com.br/oncoclinicas/>

Telefone: 0800-591-8829

E-mail: oncoclinicas@canaldeintegridade.com.br

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncia estabelecido pela Companhia é administrado pela ICTS/ Protiviti, empresa independente e especializada responsável por receber as denúncias, analisá-las previamente e encaminhá-las para análise detalhada da Companhia.

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias é aberto para quaisquer terceiros, incluindo clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros, e a empresa busca incentivar o reporte em casos de violações dos princípios, políticas e códigos da empresa de maneira tempestiva.

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Toda denúncia poderá ser feita de forma anônima, a exclusivo critério do denunciante, via site, via telefone ou via e-mail disponibilizados pela empresa terceirizada.

A denúncia será recebida pela equipe da ICTS/ Protiviti, que irá analisar a denúncia e, caso pertinente, será enviado relato ao responsável, conforme matriz de responsabilidade definida para cada tipo de relato.

Todos os denunciantes têm a opção de se identificar ou não e, mesmo que optem pela identificação, terão a opção de manter suas identidades reveladas ou não à Companhia.

Optando pelo anonimato, este é garantido pela ICTS/ Protiviti e em nenhum momento o nome do relator será revelado, conforme disposição contratual firmada entre a Companhia e a terceirizada.

Conforme disposto no Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer retaliação efetuada contra quem, em boa-fé, tenha denunciado uma possível violação ao Código de Ética e Conduta, orientado alguém a fazê-lo ou colaborado com uma investigação. Qualquer forma de retaliação contra um denunciante de boa-fé estará sujeita às medidas disciplinares previstas no Código de Ética e Conduta.

5.3 Programa de integridade

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A apuração das denúncias fica a cargo da Área de Compliance, que poderá contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, como o Grupo de Compliance, Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras e/ou de assessores externos conforme aplicável ou recomendar a contratação de investigação independente.

Ao final da apuração, a Área de Compliance elabora um relatório com o resumo dos fatos apurados, que será encaminhado para o Grupo de Compliance. O Grupo de Compliance é responsável por deliberar sobre a procedência do relato e, conforme o caso, sobre a aplicação de medidas disciplinares.

Havendo indícios de envolvimento de qualquer membro da Área de Compliance ou do Grupo de Compliance ou de integrantes de sua cadeia de reporte, em fatos objeto de denúncias, a apuração será realizada diretamente pela Comissão de Compliance, sem o envolvimento da Área de Compliance ou dos indivíduos envolvidos. Em tais casos, também caberá à Comissão de Compliance a decisão a respeito da aplicação de medida disciplinar.

Havendo indícios de que algum membro da Comissão de Compliance ou da alta administração da Companhia (como Diretor Presidente, Vice-presidente ou membro da Diretoria Executiva) está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado diretamente ao Conselho de Administração para apuração. Em tais casos, também caberá ao Conselho de Administração a decisão a respeito da aplicação de medida disciplinar.

Havendo indícios de que algum membro do Conselho de Administração está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado ao próprio Conselho, a quem caberá apreciá-lo de forma imparcial e autônoma e determinar eventuais medidas para assegurar a higidez de sua apuração (como a contratação de assessores externos especializados), excluindo de qualquer ato ou deliberação o membro alegadamente envolvido.

Em nenhuma hipótese o colaborador infrator participará de deliberações acerca da imposição de medidas disciplinares a si próprio.

O Comitê de Auditoria será informado periodicamente das atividades de apuração de irregularidades desenvolvidas pela Área de Compliance e pelo Grupo de Compliance.

Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nenhum. A Companhia realiza processos de due diligence e background checks detalhados das sociedades-alvo e seus sócios, e usualmente conta com a assessoria de escritórios, de forma a mitigar os riscos relacionados à eventuais práticas irregulares nas empresas alvo.

5.3 Programa de integridade

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia adota programa de integridade conforme descrito nesta seção.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

No intuito de mitigar o risco de invasões e ataques cibernéticos, desde 2018, a Companhia executa *pentests* (testes de invasão) e análise de vulnerabilidades, para identificar e corrigir as fragilidades no ambiente.

Adicionalmente, a Companhia realiza *risk assessments* com empresas terceirizadas para a identificação e priorização de riscos de segurança.

Desde 2017, a Companhia também realiza de forma recorrente campanhas de segurança com o envio de *phishing*, para monitorar e tratar os acessos indevidos dos colaboradores. Também são realizados periodicamente *workshops*, treinamentos e envio de informativos de segurança para a capacitação dos colaboradores quanto a identificação de riscos cibernéticos. A Companhia também conta com um canal de comunicação onde todos os colaboradores podem realizar o *report* de riscos relativos a segurança da informação.